

*Relatório Anual
Societário e Regulatório
2018*



Cooperativa de Distribuição
de Energia Elétrica
de Arapoti

Arapoti, Abril de 2019

Índice

1 - Relatório da Administração Societário	2
2 - Balanço Patrimonial Societário	16
3 - Demonstração do Resultado do Exercício.....	20
4 - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido	25
5 - Fluxo de Caixa.....	28
6 - Notas Explicativas Societárias.....	31
7 - Parecer do Conselho Fiscal	68
8 - Parecer dos Auditores Independentes	70
9 - Relatório da Administração Regulatório	75
10 - Balanço Patrimonial Regulatório	90
11 - Demonstração do Resultado do Exercício Regulatória	94
12- Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Regulatória	99
13 - Demonstração do Fluxo de Caixa Regulatório.....	102
14 - Notas Explicativas Regulatórias.....	105
15 - Notas Conciliatórias Societária X Regulatória.....	144
16 - Parecer do Conselho Fiscal	154
17 - Parecer dos Auditores Independentes Regulatório	156

1 - Relatório da Administração Societário

1 Relatório da Administração Societário

Senhoras e Senhores Associados,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2018, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da CERAL-DIS - Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti para a sociedade, parceiros, investidores, associados e consumidores.

Carta do Presidente

O ano de 2009 constituiu marco histórico de funcionamento efetivo da Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti – CERAL-DIS. A Assembleia de fundação foi realizada no dia 08 de outubro de 2008 e assinatura do contrato de permissão em novembro de 2008.

A CERAL-DIS foi fundada sob a égide da lei 9074/95, lei esta que regulamentou o processo de privatização das empresas de energia elétrica de nosso país. O artigo 23 da citada Lei, preconizava a estruturação das cooperativas de eletrificação rural como empresa regulamentada em conformidade com os ditames legais, passando estas a serem distribuidoras de serviços públicos de eletricidade.

No ano de 2018, esta Permissionária já se encontra no décimo ano de funcionamento como empresa regulamentada, o que conseqüentemente exige-se cada vez mais aperfeiçoamento e qualificação de pessoal, participando de diversos treinamentos e grupos de estudos, com o fim de manter-se atualizada frente as possíveis mudanças ocorridas no setor elétrico.

Em julho de 2018 aconteceu o sexto Reajuste Tarifário. A exemplo do reajuste anterior, este efetuou a nova composição de nossa PARCELA B, bem como em relação à Parcela A, absorvendo o aumento de nossa Energia Comprada, bem como toda a carga tributária e os Encargos Setoriais inerentes à nossa Permissionária.

O efeito tarifário médio deste reajuste, para o ciclo tarifário vigente que compreende 2018 e 2019, representou 14% percebido pelos cooperados e consumidores.

Há que se destacar que o ano de 2018, a Permissionária continuou a sentir os efeitos positivos trazidos pela Resolução Homologatória nº 2.273 de 18 de julho de 2017 que foi o reconhecimento por parte do Poder Concedente de que as Cooperativas atendem um mercado muito rarefeito e disperso, levando energia principalmente à área rural, o que torna seu mercado pouco competitivo, dessa forma, a citada Resolução trouxe em se bojo o dispositivo em que o governo, via CDE, compensaria esse mercado de baixa densidade da permissionária deixando de impactar o consumidor com tarifas mais elevadas.

Esta resolução trouxe benefícios imediatos à CERAL-DIS, proporcionando um melhor equilíbrio financeiro.

Em nosso sistema elétrico interno, continuamos fazendo os serviços normais, como limpeza de rede, troca de isoladores, manutenção de redes em geral e manutenção preventiva de religadores.

O ano de 2018, a exemplo de anos anteriores, trouxe consigo os desafios próprios do setor, porém, são desafios que reforçam a idéia de que precisamos continuar em frente, almejando sempre oferecer energia de qualidade ao nosso cooperado e consumidores e sempre gratos a Deus pelas bênçãos recebidas.

Wiefred Alberts

Carta do Contador

Na qualidade de Contador responsável pela escrituração Regulatória, Societária e Fiscal da CERAL DIS – Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti, juntamente com toda nossa equipe, comunicamos aos senhores Cooperados a conclusão do exercício de 2018, com alto grau de qualidade, transparência e observando totalmente o conceito de legalidade.

A CERAL DIS, a exemplo de exercícios anteriores, primou, neste exercício, por detalhes claros e transparentes, abrindo as contas sintéticas exigidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em contas analíticas divididas por assunto, apresentando de forma clara seu resultado e valorizando assim sua atuação como Empresa de Serviço Público bem como trazendo a informação gerada, de forma clara, o que permite aos dirigentes tomar as decisões mais certas.

O resultado da Prestação de Contas referente a este exercício será enviado, dentro do prazo, para a ANEEL.

Vale salientar que, na questão Regulatória, a ANEEL, têm intensificado o monitoramento eletrônico, impondo pré-análises dos dados quando de nosso envio para integralização na base nacional.

Informamos que todos os envios, desde a PAC - Prestação Anual de Contas, RIT - Relatório de Informações Trimestrais, e, BMP - Balancete Mensal Padronizados foram enviados tempestivamente e aprovados nessa pré-análise realizada pela ANEEL.

Dentro desta mesma linha, a Receita Federal têm implantado monitoramento eletrônico, onde podemos destacar o envio do SPED, ECF, EFD-REINF e EFD CONTRIBUIÇÕES, entre outros. Destacamos que todos, também, têm sido enviados dentro do prazo concedido.

Diante do acima descrito, e, com muita satisfação, comunicamos aos senhores Cooperados que a seguir, constam todos os demonstrativos do exercício Regulatório, Societário e Fiscal, de modo a facilitar e dar todas as condições necessárias à V.Sas. tomarem todas as decisões para o novo exercício de nossa Empresa.

Por fim, agradecemos à DEUS, à Diretoria, aos Gerentes, à nossa equipe contábil, bem como todos os departamentos, internos e consultorias e auditorias externas que colaboraram para a correta escrituração deste exercício.

SAMUEL DE FREITAS
Gerente Contábil
CRC – PR 041184/O-0

Cenário

A CERAL-DIS - Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti atua no segmento de distribuição de energia elétrica e fornece energia na região rural dos Municípios de Arapoti, Jaguariaíva, São José da Boa Vista e Pirai do Sul, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 10 anos de existência.

A CERAL – DIS, concluiu o processo de renovação da certificação dos índices de qualidade de energia através do sistema de certificação NBR ISO 9001:2015, sendo outorgada a esta permissionária a certificação no mês de Agosto de 2018 como resultado dos Ciclos de Auditoria no período de dezembro de 2017 a Agosto de 2018. A certificação outorgada está estruturada conforme a versão NBR ISO 9001:2015.

Face as modificações, a renovação da certificação da CERAL-DIS na NBR ISO 9001:2008, teve sua validade somente até agosto de 2018. Antes do vencimento deste prazo a permissionária iniciou o processo de auditoria de transição para a nova versão ISO 9001:2015, tendo sido aprovada a renovação, no mês de Agosto de 2018, tendo sido emitido um novo certificado com validade até dezembro de 2020.

Esta Permissionária está certificada desde o ano de 2011 sob o número de Registro de Certificado Q-03039.

Em nossa política de qualidade, buscamos sempre a melhoria através da capacitação dos nossos colaboradores através de Investimentos em Treinamentos Técnicos e Segurança e Medicina no Trabalho, visando a atender de forma adequada os nossos associados e consumidores e demais partes interessadas.

Distribuição

A Permissionária distribui energia elétrica em 04 dos 399 municípios do Estado do Paraná. Não temos atendimento a consumidores livres no Estado.

Ligação de consumidores - foram realizadas no ano 14 novas ligações sendo 8 rurais, 5 residenciais e 02 comerciais e 01 desligamento industrial, totalizando 999 consumidores atendidos pela Permissionária, número 1,42% superior ao de 2017.

Número de Consumidores

Consumidores	2014	2015	2016	2017	2018
Residencial	197	198	200	214	219
Comercial	58	54	56	59	61
Industrial	16	14	14	13	12
Rural	649	667	677	690	698
Poderes Públicos	5	5	5	5	5
Iluminação Pública	1	1	1	1	1
Serviço Público	3	3	3	3	3
Total	929	942	956	985	999
Varição	0,32%	1,40%	1,49%	3,03%	1,42%

Comportamento do mercado - A distribuição de energia da Permissionária no período de janeiro a dezembro de 2018 foi de 25,81 GWh (25,47 GWh em 2017).

Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram o rural e industrial. A classe rural representa uma fatia de 53,70% do segmento de mercado e apresentou crescimento na ordem de 5,96% em relação ao ano de 2017. A classe industrial representa 38,05% do segmento de mercado e apresentou decréscimo na ordem de (2,77)% em relação ao ano de 2017. No meio rural, o desempenho deve-se, principalmente, à constante modernização do sistema agropecuarista em nossa região bem como ao processo de industrialização ocorrido no Município.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Mercado Atendido

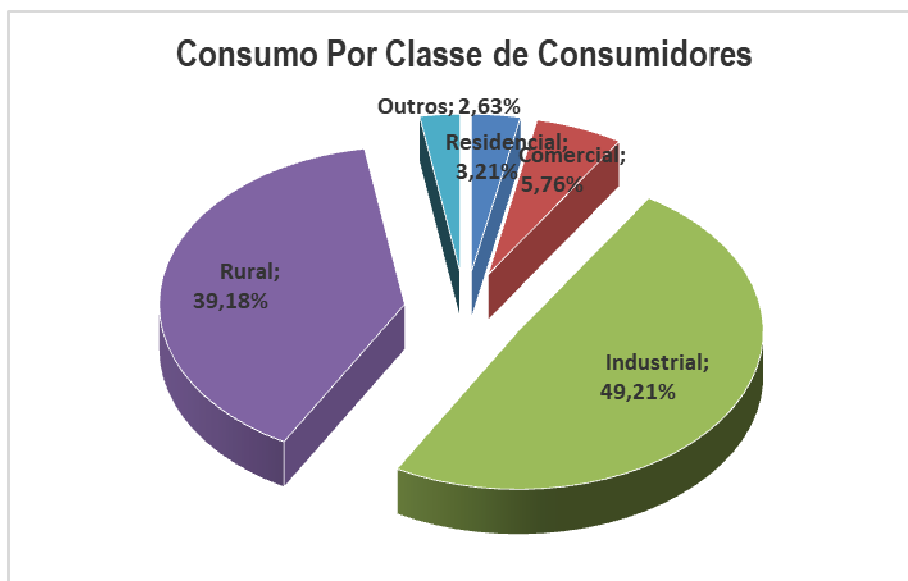
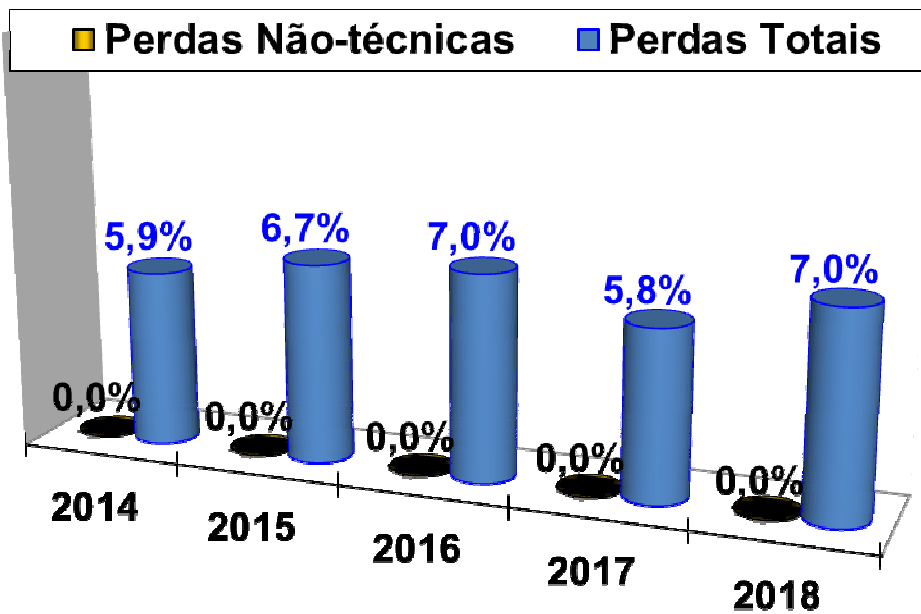
Mercado Atendido - GWh	2014	2015	2016	2017	2018
Energia Faturada	22	23	23	25	26
Fornecimento	22	23	23	25	26
Residencial	1	1	1	1	1
Comercial	8	1	1	1	1
Industrial	1	8	9	10	10
Rural	12	12	12	13	14
Poderes Públicos	-	-	0	0	0
Iluminação Pública	-	-	0	0	0
Serviço Público	1	1	1	1	0
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	22	23	23	25	26
Variação	1,71%	3,95%	3,89%	8,61%	1,33%

As perdas totais de energia sobre a energia requerida (comprada) apresentou uma evolução negativa de 27,08% em 2017 para 2018.

Balço Energético

Energia Requerida - GWh	2014	2015	2016	2017	2018
Venda de Energia	22	22	23	23	24
- Fornecimento	22	22	23	23	24
- Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	22	22	23	23	24
Perdas na Rede Básica					
Perdas na Distribuição	1	2	2	1	2
Perdas Técnicas	1	2	2	1	2
Perdas não Técnicas - PNT					
PNT / Energia Requerida %	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Perdas Totais - PT	1	2	2	1	2

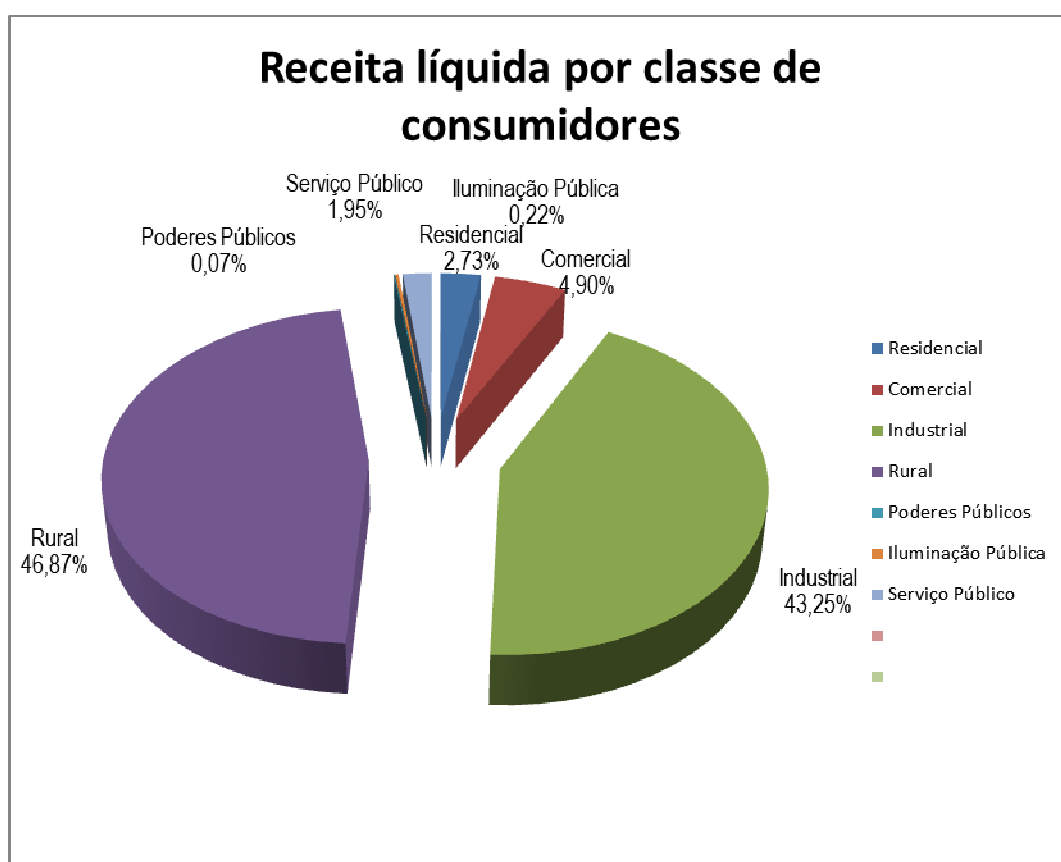
PT / Energia Requerida %	5,9%	6,7%	7,0%	5,8%	7,0%
Total	23	24	24	25	26



Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 9.403,60 mil, conforme quadro a seguir:

Receita Líquida em R\$ Mil

Classe	2018	2017	%
Residencial	257,03	228,78	12,35%
Comercial	461,06	410,49	12,32%
Industrial	4.067,26	3.242,49	25,44%
Rural	4.407,79	3.665,85	20,24%
Outros	210,46	185,63	-20,46%
Poderes Públicos	6,40	15,23	-57,98%
Iluminação Pública	21,08	17,94	17,50%
Serviço Público	182,98	152,46	20,02%
Total	9.403,60	7.733,24	21,60%



Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2018 apresentou um crescimento de 1,42 % sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de Consumidores

Classe	2018	2017	Var %
Residencial	219	214	2,34%
Comercial	61	59	3,39%

Industrial	12	13	-7,69%
Rural	698	690	1,16%
Outros	9	9	0,00%
Poderes Públicos	5	5	0,00%
Iluminação Pública	1	1	0,00%
Serviço Público	3	3	0,00%
Total	999	985	1,42%

Tarifas - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2018, atingiu R\$ 403,68, com aumento de 18,21% com relação a dezembro de 2017 que era de R\$ 341,48, por meio da Resolução ANEEL no de 2.422 / 07 / 2018.

Classe	Tarifa média de Fornecimento em R\$/MW/h
Residencial	455,36
Comercial	445,94
Industrial	395,46
Rural	317,95

Tarifa Res. Baixa Renda por faixa de Consumo	0 - 30 KWh	31 - 100 KWh	101 - 220 KWh	221 acima KWh
Tarifas Brutas	0,13919	0,2386	0,35791	0,39768

Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2014	24,83	15,31	1,81
2015	37,23	18,19	1,76
2016	35,02	18,81	2,16
2017	19,64	11,77	1,67
2018	20,01	10,29	2,98

Atendimento ao consumidor - Foi lançado em Dezembro de 2015 o Programa de Conservação e Aquecimento, Lâmpadas LED e PL, em parceria com um Colégio Estadual, que teve o objetivo de reduzir o consumo de energia elétrica no Centro de Educação e disseminar informações de combate ao desperdício de energia aos professores, alunos, funcionários e demais colaboradores da instituição. O projeto abrangeu aproximadamente 450 pessoas, entre alunos e demais envolvidos.

Tecnologia da informação

O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma Permissionária de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Permissionária faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da Informação aconteceram no ano de 2015 os quais foram:

- Troca de computador que atende a área de faturamento da permissionária, proporcionando maior agilidade no atendimento aos cooperados;
- Aquisição de licença de software contábil para melhor atendimento a nova exigência da Receita Federal na nova metodologia chamada ECD – Escrituração Contábil Digital e ECF – Escrituração Contábil Fiscal.

Em 2018 foram somente realizadas as manutenções e atualizações dos sistemas implementados no ano anterior a fim de manter-se sempre afinada com as inúmeras exigências fiscais e tributárias bem como as obrigações acessórias pertinentes a atividade desta Permissionária.

Desempenho econômico-financeiro

Em 2018, as sobras líquidas foram de R\$ 454,94 mil, contra R\$ 195,79 mil em 2017, um aumento de 132,36%. Por questões Setoriais, a Empresa realiza concomitantemente à sua Contabilidade Societária, a Contabilidade Regulatória e Fiscal.

A Contabilidade Regulatória é realizada a partir de determinações da ANEEL que não reconhece efeitos de vários procedimentos da Contabilidade Internacional, bem como inclui, para fins de gerência Setorial, a Reavaliação Regulatória Compulsória. Já com relação à Contabilidade Fiscal, a mesma contempla os efeitos de adição ou subtração de despesas e receitas não permitidas no cálculo da base dos impostos.

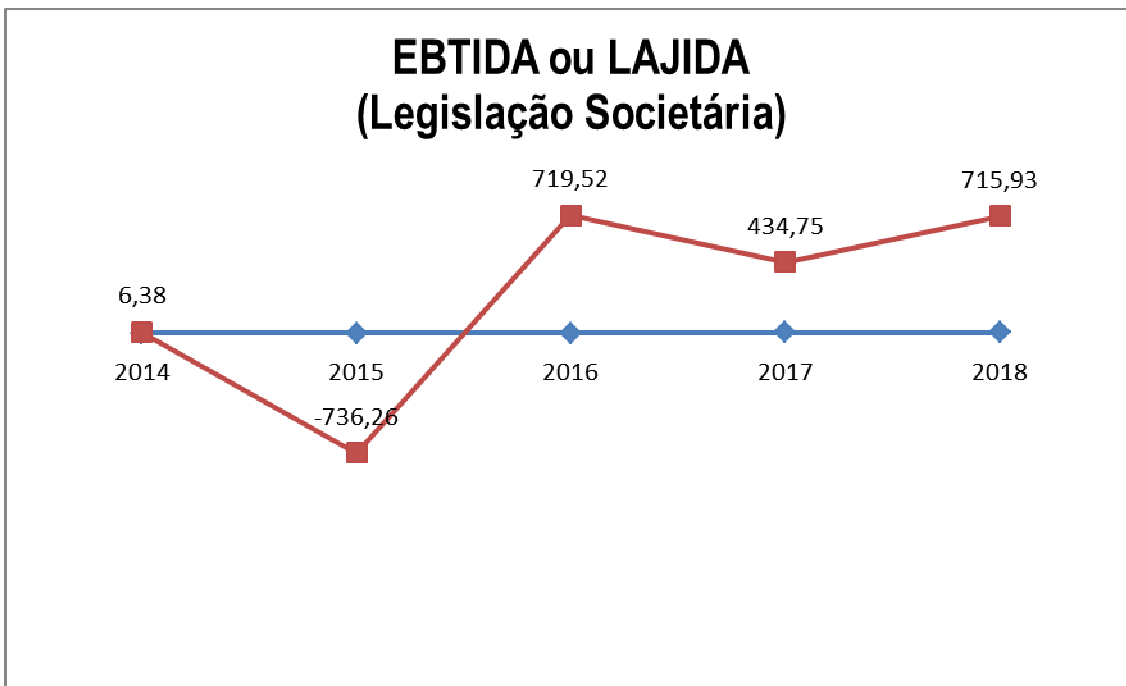
Adicionalmente, é realizado o estorno dos efeitos da Contabilidade Internacional, pois, a Receita Federal determinou que sua base de cálculo deve seguir os conceitos contábeis vigentes até dezembro de 2007 (BRGAAP e USGAAP). Para melhor visualização, segue abaixo demonstração e comparação do resultado da Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal:

RESULTADO SOCIETÁRIO: R\$ 526,82 mil
RESULTADO REGULATÓRIO: R\$ 193,11 mil
RESULTADO FISCAL (BASE PARA IMPOSTOS): R\$ 282,00 mil

A receita operacional líquida atingiu R\$ 10.445,64 mil, enquanto em 2017 situou-se em R\$ 8.442,91 mil.

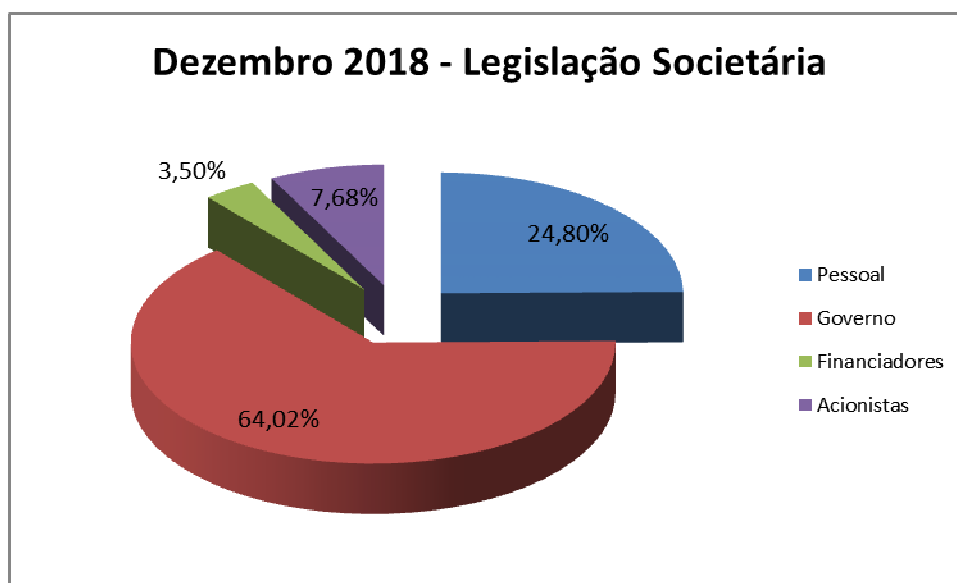
As despesas operacionais totalizaram em 2018 R\$ 10.589,44 mil, 27,98% superior em relação à 2017, destacando-se os custos com: total das taxas regulamentares que tiveram um crescimento de 5,03% no ano. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 10,92% contra 5,20% em 2017.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 715,93 mil, superior em 64,68% a 2017, que foi de R\$ 434,75 mil, conforme evolução abaixo:



Investimentos: Em 2018, os investimentos da Companhia, importaram em R\$ 251,67 mil, 0,32% inferiores em relação à 2017, dos quais R\$ 251,67 mil foram realizados em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição. Para esta mesma rubrica nos próximos 5 (cinco) anos, a Companhia estima um investimento total de R\$ 1.255,00 mil.

Valor adicionado: Em 2018, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Permissionária foi de R\$ 5.873,64 mil, representando 42,29% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:



Política de reinvestimento e distribuição de dividendos: Sendo a entidade uma Cooperativa seu objetivo é o de aplicar todas as sobras na melhoria de seus serviços aos seus Cooperados e Consumidores mediante aprovação da AGO de cada exercício.

A Permissionária com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de: 10% para Reserva Legal e 5% para a RATES. Quanto aos resultados com Atos Cooperados e não cooperados, que apresentaram Perdas, foram absorvidas pelas Reserva Legal conforme previsto na Nota Técnica NBC T 10.8.

Composição acionária: Em 31 de dezembro de 2018 o capital social da Permissionária era de R\$ 2.307,28 mil, composto por 2.307.275 mil de quotas, com valor nominal R\$ 1,00.

Gestão

Administração: A Permissionária tem procurado em todos os aspectos atender às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pois entende que a intenção da ANEEL é assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de produção e venda de energia elétrica para garantir ao consumidor que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade toda a cadeia de custos.

Planejamento empresarial: A Permissionária vem procurando adaptar-se às constantes e aceleradas mudanças no setor elétrico, assimilando e analisando as tendências de mercado bem como o contínuo gerenciamento de custos.

Os rumos da Permissionária vêm sendo administrados com certa parcimônia, isto, pelo cenário econômico que vem se descortinando no país, a qual certamente sinalizará algumas mudanças estratégicas na gestão visando a contínua qualidade na prestação de serviços aos consumidores e cooperados.

Gestão pela qualidade total: Em 2018, as atividades relacionadas com a Gestão pela Qualidade Total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, certificações de qualidade, principalmente no que tange às informações ao Órgão Regulador certificados pela ISO 9001 e 10002.

Recursos humanos: A Permissionária, a exemplo de anos anteriores, tem procurado promover constantemente a evolução e conhecimento de seus colaboradores através de cursos de aperfeiçoamento nas áreas técnicas e administrativa como também incentivá-los à continuidade dos estudos escolares. Aos colaboradores que optaram pela continuidade dos estudos seja no nível Médio como Acadêmico, a Permissionária oferece bolsa de estudo que cobre em até 50% do valor da mensalidade escolar.

Responsabilidade social: Cada vez mais, a Permissionária vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

Outorgada em números	2018	2017	%
Atendimento			
Número de consumidores	999	985	1,42%
Número de empregados	19	19	0,00%
Número de consumidores por empregado	53	52	1,42%

Número de localidades atendidas	4	4	0,00%
Número de agências	0	0	0,00%
Número de postos de atendimento	0	0	0,00%
Número de postos de arrecadação	1	1	0,00%
Mercado			
Área de Permissao (Km ²)	885,40	885,40	0,00%
Geração própria (GWh)	0	0	0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	3	3	1,70%
Distribuição direta (GWh)	0	0	0,00%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	47.037,33	47.731,33	-1,45%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	363,04	303,61	19,57%
Total (exceto curto prazo)	0	0	0,00%
Residencial	455,36	399,43	14,00%
Comercial	445,94	393,24	13,40%
Industrial	395,46	293,00	34,97%
Rural	317,95	280,26	13,45%
Suprimento	0	0	0,00%
DEC (horas)	20,01	19,64	1,88%
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	0,97	1,03	-6,02%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	4,506	2,65	70,04%
FEC (número de interrupções)	10,29	11,74	-12,35%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	0,270	0,003	8900,00%
Operacionais			
Número de usinas em operação	0	0	0,00%
Número de subestações	0	0	0,00%
Linhas de transmissão (Km)	0	0	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	508,60	506,41	0,43%
Capacidade instalada (MW)	31,80	31,21	1,89%
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	13.889,76	11.391,20	21,93%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	10.445,64	8.442,91	23,72%
Margem operacional do serviço líquida (%)	32,97%	34,92%	-5,58%
EBITDA OU LAJIDA	683,65	368,16	85,69%
Lucro líquido (R\$ mil)	101,73	-184,69	-155,08%
Lucro líquido por mil cotas	101,73	-184,69	-155,08%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	8.149,54	8.135,40	0,17%
Valor patrimonial por cota R\$	8.149,54	8.135,40	0,17%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	0,01	-0,02	-154,99%

Endividamento do patrimônio líquido (%)	0,26	0,24	11,71%
Em moeda nacional (%)	0,26	0,24	11,71%
Em moeda estrangeira (%)	0,00	0,00	0,00%
Indicadores de Performance			
Sálario Médio dos Funcionarios	4,00	3,85	0,00%
Energia Gerada/Comprada por Funcionário	1.445,15	1.413,39	0,00%
Energia Gerada/Comprada por Consumidor	27,49	27,26	0,00%
Retorno de ativos por unidade	0,02	0,03	0,00%

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Permissionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Permissionária.

Arapoti, Paraná, 29 de Abril de 2019

A Administração

2 - Balanço Patrimonial Societário

2 Balanço Patrimonial

CERAL-DIS - Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti

CNPJ no 10.532.365/0001-30

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

Balanço Patrimonial

	Consolidado	
	2018	2017
Ativos		
Ativo Circulante	3.031,46	2.463,47
Caixa e equivalentes de caixa	962,61	524,09
Consumidores	1.015,53	932,63
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	22,79	21,39
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Almoxarifado operacional	64,38	61,11
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Ativos financeiros setoriais	603,14	553,00
Despesas pagas antecipadamente	37,19	33,36
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	325,82	337,89
Ativos de operações descontinuadas	-	-
Bens destinados à alienação	-	-
Ativo Não-Circulante	3.281,10	3.223,71
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	21,54	22,68
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-

Tributos diferidos	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos não circulantes	1.432,33	1.494,70
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	7,85	6,50
Imobilizado	126,97	155,31
Intangível	1.692,41	1.544,52

Total do ativo	6.312,56	5.687,18
-----------------------	-----------------	-----------------

Passivo

Passivo Circulante	1.758,44	1.681,00
Fornecedores	924,62	763,10
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	172,23	125,88
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	209,96	194,84
Provisão para litígios	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	172,40	279,54
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos financeiros setoriais	154,68	50,57
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos circulantes	124,55	267,07
	-	-
Passivos de operações descontinuadas	-	-

Passivo Não-Circulante	389,22	238,24
Fornecedores	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	-	-
Provisão para litígios	-	-
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-
Tributos diferidos	-	-

Passivos financeiros setoriais	-	53,01
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	389,22	185,23

Total do passivo	2.147,66	1.919,24
-------------------------	-----------------	-----------------

Patrimônio líquido	4.164,90	3.767,94
Capital social	2.307,28	2.307,27
Reservas de capital	91,09	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Reservas de lucros	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	-	-
Ações em tesouraria	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-
Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	1.634,83	1.415,17
Sobras à disposição da Assembleia	131,70	45,50
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-

Total do patrimônio líquido	4.164,90	3.767,94
------------------------------------	-----------------	-----------------

Total do passivo e do patrimônio líquido	6.312,56	5.687,18
---	-----------------	-----------------

3 - Demonstração do Resultado do Exercício

3 Demonstração do Resultado do Exercício

CERAL-DIS - Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti
CNPJ no 10.532.365/0001-30

Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado do Exercício

	Consolidado	
	2018	2017
Operações em continuidade		
Receita / Ingresso	13.889,76	11.391,20
Fornecimento de energia elétrica	6.105,17	4.437,46
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	4.964,24	4.732,15
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	(76,75)	210,58
Serviços cobráveis	1,40	0,77
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	2.901,74	2.010,25
Outras receitas	(6,04)	(0,01)
Tributos	(2.106,29)	(1.674,66)
ICMS	(1.870,71)	(1.505,08)
PIS-PASEP	(41,95)	(30,20)
Cofins	(193,63)	(139,38)
ISS	-	-
Encargos - Parcela "A"	(1.337,82)	(1.273,63)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(757,33)	(702,13)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-

Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(12,61)	(11,49)
Outros encargos	(567,88)	(560,01)

Receita líquida / Ingresso líquido	10.445,65	8.442,91
---	------------------	-----------------

Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(7.184,19)	(5.468,22)
Energia elétrica comprada para revenda	(7.184,19)	(5.468,22)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	-	-
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	-	-
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-
Outros	-	-
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	-	-

Resultado antes dos custos gerenciáveis	3.261,46	2.974,69
--	-----------------	-----------------

Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(2.784,47)	(2.790,86)
Pessoal e administradores	(1.817,76)	(1.685,89)
Material	(107,04)	(131,64)
Serviços de terceiros	(575,02)	(507,17)
Arrendamento e aluguéis	(207,23)	(202,33)
Seguros	(15,51)	(12,04)
Doações, contribuições e subvenções	(20,24)	(28,12)
Provisões	(17,55)	0,02
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-
(-) Recuperação de despesas	45,98	17,06
Tributos	(5,95)	(17,64)
Depreciação e amortização	(189,11)	(184,36)
Gastos diversos	(495,84)	(53,78)
Outras Receitas Operacionais	632,19	42,64
Outras Despesas Operacionais	(11,39)	(27,61)

Resultado da Atividade	476,99	183,83
-------------------------------	---------------	---------------

Equivalência patrimonial	-	-
---------------------------------	----------	----------

Resultado Financeiro	49,83	66,56
Despesas financeiras	(1,94)	(6,54)
Receitas financeiras	51,77	73,10

Resultado antes dos impostos sobre os lucros	526,82	250,39
---	---------------	---------------

Despesa com impostos sobre os lucros	(71,88)	(54,60)
---	----------------	----------------

Resultado líquido das operações em continuidade	454,94	195,79
--	---------------	---------------

Operações descontinuadas	-	-
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-

Resultado líquido do exercício	-	-
---------------------------------------	---	---

Atribuível aos:

Acionistas controladores	-	-
Acionistas não controladores	-	-

Lucro por ação	0,20	0,08
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	0,20	0,08
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

Lucro por ação originado das operações em continuidade	-	-
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

Demonstrações do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício

	Consolidado	
	2018	2017
Resultado do exercício		
Outros resultados abrangentes	-	-
Reserva de reavaliação	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Ganho líquido sobre instrumentos financeiros	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Equivalência sobre ganhos abrangentes de coligadas	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial	-	-
Diferenças atuariais	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Atribuível a:		
Acionistas Controladores	-	-
Acionistas Não Controladores	-	-

4 - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

Reservas de Lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RATES	-	-	-	-	(142,26)	87,60	(2,68)	-	(57,34)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	266,93	(266,93)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.307,28	-	-	-	0,00	1.415,17	45,50	-	3.767,95
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	91,09	-	-	192,82	-	(91,09)	-	192,82
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	262,12	-	262,12
Reserva legal	-	-	-	-	-	26,21	(26,21)	-	-
FATES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RATES	-	-	-	-	(192,82)	147,95	(13,11)	-	(57,98)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	45,50	(45,50)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.307,28	91,09	-	-	0,00	1.634,83	131,71	-	4.164,91

5 - Fluxo de Caixa

CERAL-DIS - Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti
 CNPJ no 10.532.365/0001-30
 Demonstrações do Fluxo de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Valores expressos em milhares de reais)
 (Método Direto)

Notas	Notas	2018	2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		527,21	(194,27)
Fornecimento de Energia		11.245,89	8.992,54
Suprimento de Energia		-	-
TUSD de Consumidores Livres e Geradores		-	-
Suprimento a Concessionárias		-	-
Recebimento da CCEE - Energia de Curto Prazo		-	-
Recebimento de RAP de Transmissão		-	-
Repasse do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético		2.905,30	1.884,60
Outros Recebimentos Operacionais		43,35	63,55
Fornecedores - Materiais e Serviços		(1.486,14)	(1.268,36)
Fornecedores - Energia Elétrica		(7.172,14)	(5.374,19)
Salários e Encargos Sociais		(1.062,65)	(1.070,79)
Tributos sobre a Receita - Federais		(817,96)	(717,50)
Tributos sobre a Receita - Estaduais e Municipais		(1.851,60)	(1.443,51)
Tributos sobre o Lucro (IRPJ / CSLL)		(26,45)	(40,51)
Encargos de Transmissão		-	-
Demais Encargos Regulatórios		(748,87)	(720,48)
Outras Despesas Operacionais		(501,52)	(499,62)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(88,69)	(70,63)
Aquisição de Participações Societárias		-	-
Aportes / Aumento de Capital em Controladas		-	-
Investimentos		-	-
Imobilizado		(107,78)	(108,57)
Intangível		-	-
Participação Financeira do Consumidor		-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos		-	-
Empréstimos / Mútuos Concedidos		-	-
Proventos Recebidos		19,09	37,94
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		438,52	(264,90)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	(3,35)
Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	-
Empréstimos e Financiamentos Pagos		-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Emitidos		-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Pagos		-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos		-	-

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-
Integralização de Capital	-	(3,35)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	438,52	(268,25)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	438,52	(268,25)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	438,52	(268,25)
No início do exercício	524,09	792,34
No fim do exercício	962,61	524,09

6 - Notas Explicativas Societárias

6 Notas Explicativas

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto Operacional

A CERAL - DIS é uma cooperativa, destinada a explorar a Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e pelo Ministério de Minas e Energia. A Permissionária está autorizada a participar de consórcios ou companhias, em conjunto com empresas públicas e/ou privadas, com o objetivo de desenvolver atividades nas áreas de energia, observada a legislação aplicável.

2 Das Permissões

A CERAL – DIS detém permissão válida até o ano 2028, para a Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica nos Municípios de Arapoti, Jaguariaíva, Piraí do Sul e São José da Boa Vista, Estado do Paraná, conforme contrato de Permissão Nº 014/2008 assinado em 28/11/2008. Atualmente (base dezembro/2018), possui 241 associados, divididos em 79,40% de consumo rural, 8,13% de consumo residencial, 8,40% de consumo comercial, 2,71% de consumo industrial e 1,36% de consumo poderes públicos. Possui também 543 consumidores (não associados), divididos em 64,46% de consumo rural, 30,20% de consumo residencial, 3,50% de consumo comercial, 0,37% de consumo industrial, 0,18% de consumo iluminação pública, 0,18% de consumo serviço público (água, esgoto e saneamento) e 0,18% de consumo próprio. Os consumidores da zona rural que não estão ligados em nossa Permissionária são atendidos pela Concessionária local, a COPEL Distribuição S.A.

Atualmente não atendemos a nenhum Consumidor que detém o Status de “Consumidor Livre”.

O prazo concedido neste contrato com o Poder Concedente tem sua vigência do dia 28/11/2008 até o dia 27/11/2028.

Conforme MP 466, foi emendado o art. 23 da lei 9074/1995 o seguinte texto: “§ 3º As autorizações e permissões serão outorgadas às Cooperativas de Eletrificação Rural **pelo prazo de até 30(trinta) anos**, podendo ser prorrogado por igual período, a juízo do Poder Concedente”.

3 Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com a Legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, observando rigorosamente as exigências contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001, respeitando também, nossa particularidade como Empresa de Responsabilidade Ltda.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Cooperativa adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando alinhado às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB – (*International Accounting Standard Board*) com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011, com aplicação retrospectiva a 01 de janeiro de 2010 para fins de comparabilidade.

Conforme determinação da SFF/ANEEL, com o intuito de buscar a harmonização com as normas internacionais de contabilidade, destacamos as transferências do Ativo Imobilizado Vinculado para o Grupo Intangível e Ativo Financeiro conforme ICPC 01 e OCPC 05, determinados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Como o ICPC no 01 não foi aprovado pela SFF/ANEEL, seus efeitos figuram somente nas Demonstrações Societárias. Em 2011, entrou em vigor a Contabilidade Regulatória, instituída pela Resolução ANEEL no 396/2010. Orientações complementares foram expedidas pela SFF/ANEEL através dos Despachos: nos 4.722/2009, 4.097/2010, 4.991/2011, 0155/2013, 4.413/2013, 4786/2014, 245/2016, 3.371/2016 e 4.356/2017. Para o presente exercício contábil, a SFF/ANEEL se manifestou renovando a vigência de todos os Despachos dos anos anteriores, e, esclarecendo que dúvidas e/ou novas orientações serão publicadas no sítio da Agência Reguladora, no canal "Gestão de dados e normatização Contábil".

A adoção deste procedimento resultou na reclassificação para o Ativo Intangível de R\$ 1.692,41 mil (R\$ 1.544,52 mil em 2017) e para Ativos Financeiros de R\$ 1.432,33 mil (R\$ 1.494,69 mil em 2017).

Durante o exercício de 2015, a ANEEL em conjunto com vários outros Órgãos, teve sucesso na possibilidade de reconhecimento dos Ativos e Passivos Regulatórios na Contabilidade Societária, com contabilização retrospectiva. Tal fato poderia ser colocado em prática, segundo o IFRS, desde que:

- 1) Fosse assinado entre o agente de Distribuição de Energia Elétrica e o Poder Concedente, Aditivo Contratual prevendo a indenização ou devolução de tais valores ao final da Concessão, quando aplicado a Reversão de Ativos;
- 2) Que os mesmos tivessem uma denominação mais adequada à Contabilidade Societária.

Cumprido todas as condições acima, a CERAL-DIS, procedeu ao reconhecimento contábil de tais valores no seu Balanço Societário, de forma retrospectiva, diminuindo de forma muito benéfica a diferença de resultados entre a Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal.

Os procedimentos acima citados foram orientados oficialmente através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com a emissão da Orientação Técnica OCPC-08.

Desta forma, para o exercício de 2018, reconhecemos os seguintes valores:

Ativos Financeiros Setoriais: 603,14 R\$/MIL

Passivos Financeiros Setoriais: 154,68 R\$/MIL

4 Principais Práticas Contábeis

. Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Estão, quando aplicável, demonstrados pelo custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis (Nota 5).

. **Consumidores, Concessionárias e Permissionárias**

Engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada até 31 de dezembro de 2018, contabilizado com base no regime de competência.

. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Está reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber, de acordo com as Instruções contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE (Nota 6).

. **Estoque (inclusive do ativo imobilizado)**

Os materiais em estoque, classificados no Ativo Circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e, aqueles destinados a investimentos, estão classificados no Ativo Imobilizado em Curso pelo custo de aquisição e, também, controlados pelo custo médio.

. **Investimentos**

A CERAL-DIS não possui outros investimentos, senão em seu próprio Imobilizado, destinado ao Serviço Público de Energia Elétrica.

. **Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nos respectivos Tipos de Unidades de Cadastro - TUC, conforme determina a Resolução ANEEL nº 674/2015, às taxas anuais constantes da tabela anexa XVI - TAXAS DE DEPRECIAÇÃO. Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no Imobilizado em Curso, estão registrados neste subgrupo como custo. Destaca-se que a implementação das determinações da Resolução ANEEL nº 674/2015, em substituição às instruções da Resolução ANEEL nº 367/2009 e anterior Portaria DNAEE nº 815/94 teve a migração e adequação dos dados concluída no encerramento do mês contábil de maio/2016. Salientamos que, em virtude da harmonização com as Normas Internacionais de Contabilidade, em função de nosso Ativo Imobilizado ser vinculado à Concessão, todo o ativo diretamente ligado à Distribuição de Energia Elétrica foi reclassificado para o Grupo de Intangíveis (os que já estarão reintegrados até o final da Concessão) e para o Grupo de Ativo Financeiro da Concessão a receber (para aqueles não reintegrados até o Final do prazo da Concessão).

. **Imposto de renda diferido**

A CERAL - DIS não diferiu nenhum Imposto no exercício de 2018 ou anterior.

. **Plano de complementação de aposentadoria e pensão.**

A CERAL - DIS não possui Planos Complementares de Aposentadoria e Pensão.

. **Apuração do resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

. **Outros direitos e obrigações**

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

. **Estrutura das demonstrações contábeis**

Com referencia às novas implementações na estrutura das demonstrações contábeis, em face a harmonização internacional e, em virtude do atendimento do Ofício de Encerramento nº 2.775/2008 – SFF/ANEEL, nº 4.097/2010 – SFF/ANEEL e Despacho ANEEL 4.722/2009 e 4.991/2011, aplicou-se a mudança nos quadros do Ativo e Passivo, incluindo os sub-grupos Ativo não Circulante e Passivo não Circulante, excluindo-se o grupo de Ativo Permanente, conforme determinação do Órgão Regulador.

Conforme Ofício Circular 364/2012, a ANEEL desobriga as Permissionárias/Concessionárias a publicar as Demonstrações Contábeis Regulatórias e Despacho ANEEL 575/2013 dispensa as Cooperativas Permissionárias de publicarem suas demonstrações contábeis societárias e regulatórias em qualquer tipo de jornal, devendo apenas disponibilizá-las no sítio eletrônico da Permissionária e encaminhá-las à SFF para posterior divulgação na CIEFSE .

Adicionalmente, conforme Despacho SFF/ANEEL No. 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4.786/2014, 245/2016, 3.371/2016 e 4.356/2017 estão sendo publicadas em separado as Demonstrações Contábeis Regulatórias, compostas de: RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO, BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO, DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO REGULATÓRIO, DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REGULATÓRIO, NOTAS EXPLICATIVAS REGULATÓRIAS E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.

Vale destacar, também, a apuração e publicação, em Nota Explicativa do presente Balanço, o "Balanço Fiscal", composto das peças: BPF - Balanço Patrimonial Fiscal, composto dos quadros do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração do Resultado do Exercício Fiscal, e, DMPLF - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal, expresso na Nota No. 44, abaixo.

5 Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários

A Permissionária possui o montante de R\$ 626,28 (Reais/mil) em Equivalente de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários, devidamente contabilizados conforme demonstrado a seguir:

Instituição	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração	Legislação societária	
				2018	2017
SICREDI – Cooperativa de Crédito Rural do Alto Paranapanema	Renda Fixa	30/11/2016	103,00% do CDI	626,28	239,21
Total				626,28	239,21

6 Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os valores referentes a Consumidores, Concessionárias e Permissionárias dos períodos de 2018 e 2017, estão assim elencados, a seguir:

	Legislação societária	
	2018	2017
Consumidores		
Faturados	917,98	852,11
Não faturados	110,44	75,33
(-) PCLD	(16,79)	(0,03)
Sub Total	1.011,63	927,41
Serviços Cobráveis	0,22	0,14
Parcelamentos	0,46	2,07
Outros	3,22	3,01
Sub Total	3,90	5,22
Total	1.015,53	932,63

Composição das Contas a Receber

Consumidor / Concessionárias / Permissionárias	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Legislação societária			
					Provisão para devedores		Saldo	
					2018	2017	2018	2017
Residencial	31,01	8,88	0,08	39,97	(0,08)	(0,03)	39,89	34,00
Industrial	368,55	1,37	16,27	386,19	-16,27	0,00	369,92	371,16
Comércio, Serviços e Outras Atividades	56,49	5,09	0,44	62,02	-0,44	0,00	61,58	57,62
Rural	385,97	18,53	0,04	404,54	0,00	0,00	404,54	362,61
Poder Público	0,82	0,00	0,00	0,82	0,00	0,00	0,82	1,67
Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Estadual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Municipal	0,82	0,00	0,00	0,82	0,00	0,00	0,82	1,67
Iluminação Pública	2,45	0,00	0,00	2,45	0,00	0,00	2,45	2,43
Serviço Público	21,99	0,00	0,00	21,99	0,00	0,00	21,99	22,59
Renda não Faturada	110,44	0,00	0,00	110,44	0,00	0,00	110,44	75,33
Atualização Regime Competência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargo a Recuperar na Tarifa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal - Consumidores	977,72	33,87	16,83	1.028,42	(16,79)	(0,03)	1.011,63	927,41
Concessionárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Permissionárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização no MAE:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessionárias/ permissionárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	977,72	33,87	16,83	1.028,42	(16,79)	(0,03)	1.011,63	927,41

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa do Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos Normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:

- a) Residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- b) Comerciais vencidos há mais de 180 dias;
- c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos há mais de 360 dias.

A Provisão para Devedores Duvidosos em 2018 (R\$ 16,79/reais mil) aumentou em 5.596,67% em relação ao ano de 2017 (R\$ 0,03/ reais mil).

Conforme determinação Regulatória, apropriamos na Conta 1119.1.09, o valor concedido a título de descontos regulatórios, a ser reembolsado pela ELETROBRAS, via Subsídio CDE, bem como o valor de Subsídio Redução Equilibrada de Tarifas publicada pela ANEEL em função da determinação da concessão de descontos gerais aos nossos consumidores implementados pela política governamental.

Tais subsídios à receber, em dezembro/2018, importavam em: 311,65 R\$/MIL.

7 Imobilizado

Segue quadro de conciliação do Ativo Imobilizado Regulatório com o Ativo Imobilizado Societário:

	Legislação Societária	
	2018	2017
Em Serviço Societário	126,97	155,31
Em Curso Societário	0	0
Ativo Financeiro da Concessão	1.432,33	1.494,69
Ativo Intangível da Concessão	1.443,76	1.319,21
Ativo Intangível em Curso	248,66	225,32
Reavaliação Regulatória Compulsória	3.984,63	4.367,46
Sob Total	7.236,35	7.561,99
Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	-389,22	-185,23
Sub Total	-389,22	-185,23
Total	6.847,13	7.376,76

Ativo Imobilizado Societário	126,97	155,31
Ativo Imobilizado Regulatório	6.847,13	7.376,76

A partir de 2011, foram reclassificados valores do ativo imobilizado que estão em função do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica para os grupos de Ativo Financeiro e Ativo Intangível, atendendo o OCPC 05. onde:

“De acordo com os contratos de concessão, consideram-se bens vinculados aqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação dos serviços públicos.”

• **Ativo intangível**

Foi reclassificado para o ativo intangível os valores referentes ao imobilizado residual, onde estes têm sua reintegração total realizada dentro da concessão do serviços publico conforme abaixo

	Custo	Depreciação e/ou Amortização Acumulada	Valor Líquido 2018	Valor Líquido 2017
Intangíveis				
Em Serviço	1.646,82	-203,06	1.443,76	1.319,21
Em Curso	248,66		248,66	225,32
Total	1.895,48	-203,06	1.692,42	1.544,53

8 Ativo e Passivo Setorial Financeiro

Em 31 de Dezembro de 2018, conforme MCSE os Ativos e Passivos Financeiros Setoriais possuíam os seguintes saldos:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2017	Adição	Amortização	Remuneração	Transf-erencias	Saldo em 31/12/2018
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	553,00	479,28	(374,83)	0,79	(55,10)	603,14
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	103,90	0,95	(35,52)	0,79	(21,03)	49,09
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-
Outros	449,10	478,33	(339,31)	-	(34,07)	554,05

(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-
--	---	---	---	---	---	---

Total Ativos Financeiros Setoriais	553,00	479,28	(374,83)	0,79	(55,10)	603,14
---	---------------	---------------	-----------------	-------------	----------------	---------------

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2017	Adição	Amortização	Remuneração	Transf-erencias	Saldo em 31/12/2018
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	103,58	141,98	(61,91)	1,83	(30,81)	154,67
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	50,52	127,33	(38,00)	1,83	(46,49)	95,19
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-
Outros	53,06	14,65	(23,91)	-	15,68	59,48

Total Passivos Financeiros Setoriais	103,58	141,98	(61,91)	1,83	(30,81)	154,67
---	---------------	---------------	----------------	-------------	----------------	---------------

9 Fornecedores

	Legislação societária	
	2018	2017
COPEL Distribuição S. A.	834,85	692,60
Proinfa	17,27	15,52
Sub Total - Fornecedores de E. Elétrica	852,12	708,12
Fornecedores de Energia Elétrica – CCEE	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00
Materiais e Serviços	72,49	54,98
Sub Total - Materiais e Serviços	72,49	54,98
Total	924,61	763,10

10 Empréstimos e Financiamentos

	Legislação societária				
	Circulante		Longo prazo	Total	
	Principal	Encargos	Principal	2018	2017
Moeda estrangeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Moeda Nacional					
Banco do Brasil (Cheque Especial)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SICREDI (Cheque Especial)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Obs.: A CERAL - DIS não possui saldo devedor em 2018 em nenhuma instituição financeira.

11 Taxas Regulamentares

Demonstramos abaixo as Taxas Regulamentares sob responsabilidade de nossa Empresa, referente aos exercícios 2018 e 2017.

	Legislação societária	
	2018	2017
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	0,00	0,00
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica	0,00	0,00
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR	0,00	0,00
Quota da Conta de Consumo de Combustível – CCC	0,00	0,00
Bandeiras Tarifárias a Recolher	32,33	160,53
Taxa de fiscalização – ANEEL	1,31	0,79
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	75,09	54,55
Pesquisa e Desenvolvimento Energético - PEE	37,48	37,48
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	26,18	26,18
Total	172,39	279,53

12 Tributos e Contribuições Sociais - Longo Prazo

A CERAL - DIS possui em seu Ativo, crédito de ICMS no valor de 21,54 (Reais/Mil) compradas para ativo imobilizado em 48 avos.

13 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Não há imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos na CERAL - DIS no exercício de 2018 e anteriores.

14 Provisões para Contingências

Contingência	Legislação societária					
	2018			2017		
	Valor da provisão		Depósitos judiciais	Valor da provisão		Depósitos Judiciais
No exercício	Acumulada	No exercício		Acumulada		
Trabalhistas						
Plano Bresser	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Collor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Periculosidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cíveis						
Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Consumidores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empreiteiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiscais						
Cofins	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pis/Pasep	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OBS: Não houve neste exercício nenhuma contingência a ser provisionada.

15 Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2018 representa R\$ 2.307,28 (Reais/mil), sendo composto por 2.307.275 cotas de responsabilidade limitada de R\$ 1,00 cada, com a seguinte composição:

Cotistas	%	Cotas
Wielfred Alberts	0,09	2.045
Capal - Cooperativa Agro Industrial	35,55	820.148
José Bento Azambuja Germano	3,65	84.264
Pedro Elgersma	3,12	71.950
Distribuidora Pitangueiras	2,60	60.068
Coenraad Wolters	2,47	57.004
Stora Enso	2,22	51.118
Arauco Florestal Arapoti	1,47	33.816
Demais Cooperados (n° de 233)	48,83	1.126.862
Total	100,00	2.307.275

Reserva de Capital e Reserva de Sobras

A composição das Reservas de Capital e Reserva de Sobras, estão desdobrados de acordo com a tabela a baixo:

Reservas de Sobras

	Legislação Societária	
	2018	2017
Reserva legal	517,55	491,33
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social - FATES	804,86	656,90
Reservas Estatutárias	312,43	266,93
	1.634,84	1.415,16
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,00
Sobras Acumuladas a disposição da AGO	131,71	45,50
Reservas de capital	91,09	0,00
Capital social	2.307,28	2.307,28
Sub Total	2.530,08	2.352,78
Total do Patrimônio Líquido	4.164,92	3.767,94

Conforme determinações do Despacho 4.991/2011-SFF/ANEEL (Despacho de Encerramento), item 2.6, procedemos ao reconhecimento contábil da Avaliação (VNR) com a contabilização da

Reavaliação Regulatória Compulsória. Tal contabilização debitara nosso Ativo Imobilizado em Serviço em contra-partida ao Sub-Grupo Contábil Reservas de Reavaliação no Grupo Contábil Patrimônio Líquido.

Ajustes de Exercícios Anteriores

Durante o exercício de 2018 não houve nenhum ajuste em exercícios anteriores.

16 Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

No exercício de 2018, em virtude do resultado negativo apresentado, não houve cálculo e distribuição de juros sobre Capital Próprio.

17 Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

	Nº de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Receita Bruta						
Fornecimento - Faturado	999	985	25.902,62	25.470,76	11.191,78	9.219,00
Residencial	219	214	564,45	572,78	359,73	320,38
Industrial	12	13	9.821,29	10.096,40	5.508,01	4.414,37
Comercial	61	59	1.033,91	1.043,87	644,15	575,05
Rural	698	690	13.863,26	13.080,33	4.384,99	3.648,90
Poder público	5	5	14,71	39,29	9,02	21,45
Iluminação pública	1	1	74,02	70,83	29,69	25,26
Serviço público	3	3	530,99	567,26	256,19	213,59
Suprimento Faturado	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	-	-	4.964,24	4.732,15

OBS: O Valor expresso em R\$/mil foi formado por Consumo+Demanda+Fator de Potência+ICMS+PIS+COFINS. Salientamos que a classe Consumo Próprio foi contabilizada em grupo específico conforme determinação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

18 Compra e Venda de Energia Elétrica de Curto Prazo no Âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Nos exercícios de 2018 e 2017 a CERAL - DIS não efetuou operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

19 Energia Elétrica Comprada para Revenda:

	Quantidade MWh		Legislação societária	
	2018	2017	Reais Mil	
			2018	2017
COPEL Distribuição	27,455	26,954	6.641,52	5.036,34
PROINFA	0,593	0,700	193,30	189,99
Total	28,048	27,654	6.834,82	5.226,33

20 Despesas Operacionais

	Legislação societária		Legislação		Legislação	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
	Despesas com Vendas		Despesas Operacionais		Despesas Gerais	
Pessoal						
Remunerações	0,00	0,00	1.300,48	1.190,54	0,00	0,00
Encargos Sociais	0,00	0,00	381,40	357,89	0,00	0,00
Auxílio alimentação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações (Rescisões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências para imobilização em curso	0,00	0,00	-59,91	0,00	0,00	0,00
Auxílio estudante	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros benefícios	0,00	0,00	123,34	67,19	0,00	0,00
Total Pessoal	0,00	0,00	1.745,31	1.615,62	0,00	0,00
Material	0,00	0,00	107,04	131,64	0,00	0,00
Serviços de Terceiros	0,00	0,00	575,02	507,17	0,00	0,00
Arrendam. e Aluguéis	0,00	0,00	207,23	202,33	0,00	0,00
Deprec. e Amortização	0,00	0,00	189,11	184,36	0,00	0,00
Provisões	0,00	0,00	17,55	-0,02	0,00	0,00
Provisões (PDD)	0,00	0,00	17,55	-0,02	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras						
Energia comprada para revenda	0,00	0,00	7.184,19	5.468,22	0,00	0,00
Taxa de fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00	5,95	17,64	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	558,06	147,14	0,00	0,00
Total Outras	0,00	0,00	7.748,20	5.633,00	0,00	0,00
Total Geral	0,00	0,00	10.589,46	8.274,10	0,00	0,00

21 Despesas Financeiras

Os encargos financeiros e as variações monetárias, distribuídos por macro-atividades, estão apropriados no resultado e no imobilizado em curso, quando for o caso, de acordo com a Instrução Contábil nº 6.3.6 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE e a Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, conforme demonstrativo abaixo:

						Legislação societária	
	Geração	Transmis.	Distrib.	Comerc.	Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	2018	2017
Encargos financeiros totais	0,00	0,00	1,94	0,00	0,00	1,94	6,54
(-) Transferências para imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Líquido apropriado no exercício	0,00	0,00	1,94	0,00	0,00	1,94	6,54
Efeitos inflacionários e cambiais totais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências para imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Líquido apropriado no exercício	0,00	0,00	1,94	0,00	0,00	1,94	6,54

22 Reconciliação das Taxas Efetivas e Nominais da Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo da provisão do Imposto de Renda e Contribuição Social neste exercício são demonstradas a seguir:

	Legislação societária	
	2018	2017
Lucro(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	526,82	250,39
Ajustes Lalur	-244,82	-22,87
Base de Calculo Fiscal	282,00	227,52
IRPJ - Imposto de renda sobre pessoa Juridica - 15%	42,30	34,13
Adicional IRPJ - Imposto de renda sobre pessoa Juridica - 10%	4,20	0,00
CSLL - Contribuição Social - 9%	25,38	20,48
Efeitos Fiscais Sobre:		
Participação nos resultados	0,00	0,00
Juros sobre o capital próprio	0,00	0,00
Incentivos fiscais	0,00	0,00
Encargos capitalizados	0,00	0,00
Compensação da CSLL com a COFINS	0,00	0,00
Efeitos IFRS	0,00	0,00
Imposto de Renda no Resultado	46,50	34,13
Contribuição Social no Resultado	25,38	20,48

23 Participação nos Resultados

Não foi implantado o programa de participação dos empregados nos lucros da Empresa até o exercício de 2018.

24 Plano Previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados

Neste exercício, foram concedidos benefícios aos funcionários da CERAL - DIS como: Faculdade, Seguro de Vida, Planos Médicos e Odontológicos (Convênio com a UNIMED), totalizando R\$ 98,19 (Reais/mil). Plano Previdenciário não foi implantado até o exercício de 2018.

25 Transações com Partes Relacionadas

A Permissionária efetuou transação com parte relacionada conforme quadro abaixo:

		Legislação societária		
		2018	2017	
<u>Parte Relacionada</u>	<u>Natureza da Operação</u>	<u>Nota</u>	<u>R\$/mil</u>	<u>R\$/mil</u>
SICREDI - Coop. De Créd. Rural do Alto Paranapanema com integralização de capital em 01 março 2010 para movimentação de conta corrente.	CONTA CORRENTE	Não controlador	7,85	6,50

A título de remuneração da diretoria “chave – administrativa” do pessoal da administração, foram pagos durante o exercício:

	legislação societária	
	2018	2017
Remuneração	62,60	60,55
Encargos	9,85	9,62
Total	72,45	70,27

26 Instrumentos Financeiros

Não houve a utilização de Instrumentos Financeiros no exercício contábil de 2018 e 2017, exceção feita a aplicações a curto prazo em 2018, devidamente demonstradas e conciliadas com o extrato bancário que expressa o mesmo valor contábil.

27 Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

A CERAL - DIS não participou de Programa de Recuperação Fiscal REFIS, no exercício de 2018 e 2017.

28 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

<u>Riscos</u>	<u>Data da vigência</u>	<u>Importância Vlr segurado</u>	<u>Prêmio</u>
Veículos	26/02/2018 a 26/02/2019	235,18	15,84

Equipamentos nomeados – Na apólice contratada da HDI Seguros, foram segurados os veículos abaixo relacionados:

- 01 Caminhão Mercedes Benz L 1313 c/ Munck ano 1985 e modelo 1985
- 01 Fiat Strada Working 1.4 MPI Fire Flex 8V CS ano 2015 modelo 2016
- 01 Chevrolet S-10 Pick-up Ls 2.8 Diesel 4x4 CD ano 2017 e modelo 2018
- 01 Fiat Strada Working Hard 1.4 Fire Flex 8V CS ano 2018 e modelo 2019

Todos segurados contra danos materiais, danos Corporais, APP por morte e invalidez permanente.

29 Eventos Subsequentes

29.1 Revisão Tarifária pelos critérios do Módulo Pró-RET 8.4 – 2016.

Durante os estudos para a formação da metodologia e regra para a Segunda Revisão Tarifária das Permissionárias do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, a ANEEL tomou a decisão de verificar toda a demanda de solicitações de mudanças do Setor Cooperativista, e, com essa verificação encerrar o prazo para que as 14 Cooperativas de Eletrificação do País que ainda não haviam assinado com o Poder Concedente assinassem.

Tal metodologia resultou em muitas Audiências Públicas do Órgão Regulador, bem como diversas consultas e solicitações do ramo Cooperativista, que resultaram na publicação do Módulo 8.4 do PRORET.

Nesta publicação, a Agência Reguladora determinou que um dos caminhos abaixo elencados fossem adotados pela Empresa, sendo:

- 1) Para aquelas que não assinaram o contrato junto ao Poder Concedente em 2008, foi determinado somente a escolha entre, assinatura imediata de Contrato de Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica com a Parcela Tarifária denominada “Parcela B” regulada pelo módulo 8.4 do PRORET, ou, o encerramento de suas atividades no Setor Elétrico; e,
- 2) Para aquelas que assinaram o Contrato junto ao Poder Concedente em 2008, foi dada a escolha de continuar com sua Parcela Tarifária denominada Parcela B regulada pelo módulo 8.1 do PRORET, ou, assinar Aditivo Contratual ao Contrato de Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica e passar a Revisão Tarifária de sua Parcela Tarifária denominada Parcela B regulada pelo Módulo 8.4 do PRORET.

Nossa Empresa, de posse da Regulação e, ao estudar as duas modalidades de Revisão Tarifária, optou por migrar sua Revisão Tarifária Periódica, mormente à Parcela B, para a nova regulamentação pelo módulo PRORET 8.4.

Vale salientar que, nesta modalidade tarifária, existe um teto regulatório, que foi resultante da Primeira Revisão Tarifária realizada pela regulamentação PRORET 8.1, devidamente atualizada, e, com possibilidade de autonomia na ordem de 20%.

Ainda nesta linha, ao aderir à nova regulamentação, deixou de existir a chamada “Bolha Financeira”, que nos permitiu estornar os efeitos remanescentes de 2012, e, assim, auxiliar nossa Permissionária a reestabelecer o seu equilíbrio econômico-financeiro.

Realizado todo o processo pela SGT/ANEEL (Superintendência de Regulação Tarifária), após a solicitação do Pleito com a abertura exigida no Módulo PRORET 8.4, nosso processo resultou em:

Reajuste da Parcela A com vistas à Neutralidade: 4,92% de reajuste

Revisão da Parcela B pelas normas do PRORET 8.4: 9,58% de revisão

Itens Financeiros: (5,57)% negativo. Este efeito negativo foi influenciado, principalmente, pelas Bandeiras Tarifárias Credoras, cuja cobrança ao consumidor foi obrigatória, mas o valor não foi requerido pela ANEEL para pagamento da Energia das Usinas Térmicas, devolvidas por ocasião desta Revisão através de desconto.

O percentual total de nossa Revisão foi de: 9,61% com efeito médio ao nosso consumidor de: 10,53%.

29.2) Índices de Continuidade e Frequência (DEC/FEC)

Um dos pilares da Regulação do Setor Elétrico Brasileiro é o controle dos índices de interrupção, ou seja, energia com qualidade e frequência.

Segue abaixo, os índices e metas de nossa Empresa, lembrando que nossos índices, conforme determinação Regulatória, são verificados através do Sistema de Qualidade ISO9000.

Ano de 2018:

Limites Regulatórios: DEC: 29 FEC 13

Realizado: DEC 20,01 e FEC 10,29

Envidamos todos nossos esforços para não ultrapassarmos estes índices, e, com isso, melhor atender nosso Consumidor, garantindo-lhes Energia de qualidade.

29.3) Subsídios Baixa Densidade de Carga - fixação de novo valor:

A CERAL-DIS, em seu IRT 2018, teve fixado para benefício de seus consumidores, o Subsídios Baixa Densidade de Carga, cuja metodologia previa retirada dos valores de parte da Parcela B da Permissionária para depósito pela União, através da CCEE, utilizando-se a verba do fundo CDE, para reembolsar o valor deduzido, através de parcela fixas e mensais. Esse valor, quando fixado para nossa Empresa, foi de: R\$ 92,49 mil mensais, totalizando R\$ 152,79 mil, anuais.

29.4) Subsídios Tarifários DECRETO 9.642/2018, de 27 de dezembro de 2018

Em 27/12/2018, o Governo Federal publicou o Decreto 9.642/2018 que, entre outros assuntos, definiu:

a) Fim do Subsídio Classe Rural no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da CERAL-DIS;

- b) Fim do Subsídio Classe Água e Esgoto no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da CERAL-DIS;
- c) Veto ao Subsídio composto, este de aplicação imediata, ou seja, subsídio para irrigação não pode ser aplicado sobre o valor da tarifa rural, que já contém desconto sobre a tarifa básica;
- d) etc.

Em 2019 os efeitos deste decreto já trarão impacto aos consumidores até então amparados por subsídios.

29.5) Efeitos da Revisão dos IFRS 9, 15 e 16.

A CERAL-DIS, em função de seu porte, não sofreu efeitos do IFRS 9 (Nova normatização dos Instrumentos Financeiros), IFRS 15 (Normatização de reconhecimento de receitas), e, IFRS 16 – (Arrendamentos).

Com relação ao reconhecimento de Receitas, sendo a CERAL-DIS uma Empresa Regulada, só afere receita em função do Serviço Público de Energia Elétrica, e, por essa razão, não houve mudanças na forma de contabilização.

29.6) Perdas Regulatórias e Realizadas

No exercício de 2018 a CERAL-DIS contabilizou 7,00% de Perdas (Técnicas mais não Técnicas). Durante o ano de 2019, a CERAL-DIS continuará perseguindo a meta regulatória, renovando seus ativos com inovação tecnológica, e, combatendo os desvios de energia (gatos).

30 Balanço Social

Recursos Humanos

Em 2018, a Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica – CERAL – DIS, desenvolveu seu papel social, proporcionando aos seus colaboradores: palestras, cursos e seminários, sempre considerando a especificidade de cada função exercida. Colaborou financeiramente nos cursos de reciclagem conforme Norma Regulamentadora nº. 10 (Portaria nº. 598/2004).

Mantém convênios com Planos de Saúde e Odontológicos através da Fundação CAPAL e, distribuição de cestas natalinas para cada colaborador.

Responsabilidade Social

A CERAL – DIS participa de ações na comunidade, proporcionando desconto na fatura de energia para o Lar do Idoso, bem como a Escola Colônia Holandesa, beneficiando aproximadamente 300 pessoas entre alunos e idosos.

Educação

A CERAL – DIS implantou programa de incentivo a educação a qual participará no reembolso de 50 % das despesas com mensalidades de seus funcionários para cursos profissionalizantes, cursos de ensino superior e cursos de pós-graduação e 25 % nos cursos de graduação que não tenham relação direta com o ramo de atuação da Cooperativa.

CERAL-DIS - Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti
CNPJ no 10.532.365/0001-30
Demonstração do Balanço Social - 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)
COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE ARAPOTI - CERAL - DIS

	2018			2017		
	R\$ mil			R\$ mil		
1 - Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)	10.445,64			8.442,91		
Lucro Operacional (LO)	476,99			183,83		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	1.817,76			1.685,89		
	% sobre			% sobre		
2 - Indicadores sociais internos						
	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	6,23	0,34%	0,06%	4,04	0,24%	0,05%
Encargos sociais compulsórios	381,4	20,98%	3,65%	367,51	21,80%	4,35%
Entidade de previdência privada	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	86,98	4,79%	0,83%	47,16	2,80%	0,56%
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	7,40	0,41%	0,07%	7,40	0,44%	0,09%
Educação - Auxílio educação	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	5,92	0,33%	0,06%	0,62	0,04%	0,01%
Auxílio creche	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Vale-transporte - excedente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros Benefícios	16,81	0,92%	0,16%	7,25	0,43%	0,09%
Total	504,74	27,77%	4,83%	433,98	25,74%	5,14%
	% sobre			% sobre		
3 - Indicadores sociais externos						
	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Educação - Programa Luz das Letras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%

Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Habitação - Reassentamento de famílias	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Doações e contribuições	20,24	4,24%	0,19%	28,12	15,30%	0,33%
Total de contribuições para a sociedade	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Tributos - excluídos encargos sociais	2.112,24	442,83%	20,22%	1.692,30	920,58%	20,04%
Total	2.112,24	442,83%	20,22%	1.692,30	920,58%	20,04%

4 - Indicadores ambientais	R\$ mil	% sobre		R\$ mil	% sobre	
		LO	RL		LO	RL
Desapropriações de terras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Estação ecológica - Fauna / Flora	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa Social de Eletricidade Rural	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Rede Compacta ou Linha Verde	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Eletrificação para População Carente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial		0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Museu Ecológico	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Universidade Livre do Meio Ambiente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programas especiais / Projetos externos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Total	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%

5 - Indicadores do corpo funcional	2018	2017
	em unidades	em unidades
Empregados no final do período	19	19

Escolaridade dos empregados

Superior e extensão universitária	7	7
Ensino médio	5	5
Ensino fundamental	7	7
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	0	0
De 30 até 45 anos (exclusive)	8	8
Acima de 45 anos	11	11
Admissões durante o período	1	0
Mulheres que trabalham na empresa	3	3
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de mulheres	33,33%	33,33%
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de gerentes	33,33%	33,33%
Negros que trabalham na empresa	4	4
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de negros	0	0
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de gerentes	0	0
Portadores de deficiência física	0	0
Dependentes	29	33
Estagiários	0	0
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	8,58	8,60
Maior remuneração	10,38	9,98
Menor remuneração	1,21	1,16
Acidentes de trabalho	0	0

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

31 Análise Econômico-Financeira

31.1 Informações Gerais

O desempenho Econômico-Financeiro da CERAL - DIS, refere-se ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2018, sendo que, ao término do exercício de 2018, auferimos os seguintes resultados:

Receita Anual – A Receita Operacional de Distribuição Anual no exercício atingiu um montante de R\$ 10.445,64 (Reais/mil), superior ao ano anterior em 23,72% que foi de R\$ 8.442,91 (Reais/mil).

Número de Consumidores – O Número de Consumidores faturados em dezembro de 2018, foi de 999, já em 2017 foi de 985 ocasionando um aumento de 1,42% em relação ao ano anterior.

Despesas com Pessoal – As Despesas com Pessoal anual decorrente do exercício de 2018, montaram em R\$ 1.745,31 (Reais/mil) e no exercício anterior montaram R\$ 1.615,62 (Reais/mil), ocasionando um aumento de 0,80 % em relação ao ano anterior.

Custos Gerenciáveis da Parcela B – Os Custos Gerenciáveis da Parcela B, excluindo as despesas com pessoal, no exercício de 2018, foram de R\$ 1.470,84 (Reais/mil), superior em 46,22% ao ano anterior que foi de R\$ 1.005,91 (Reais/mil).

Receita (Despesa) Financeira – O Resultado Financeiro no exercício de 2018 importou em R\$ 49,83 (Reais/mil), enquanto que, no exercício de 2017, o Resultado Financeiro foi de R\$ 66,56 (Reais/mil).

31.2 Análise Econômico-Financeira

Coefficientes	Fórmula	Unidade	2018	2017
1. Liquidez				
Corrente ou Comum	AC / PC	R\$	1,72	1,47
Seca	(AC - E) / PC	R\$	1,69	1,43
Absoluta	AD / PC	R\$	0,55	0,31
Geral	(AC + RLP) / (PC + ELP)	R\$	2,94	2,96
2. Lucratividade				
Bruta s/ Vendas	(LB / VB) x 100	%	3,79	2,20
Operacional s/ Vendas	(LO / VB) x 100	%	3,43	1,61
Líquida s/ Vendas	(LL / VB) x 100	%	3,28	1,72
Líquida s/ Capital	(LL / CS) x 100	%	19,72	8,49
Líquida s/ Patrimônio Líquido	(LL / PL) x 100	%	10,92	5,20
3. Rentabilidade				
Retorno Líquido s/ Investimentos	(LL / AT) x 100	%	7,21	3,44
4. Endividamento				
Recursos de Terceiros no Investimento	[(PC + ELP - ADC) / AT] x 100	%	34,02	33,75
Recursos Próprios no Investimento	[(PL + REF - ADC) / AT] x 100	%	65,98	66,25
5. Investimentos				
Capital Fixo Aplicado	(AP / AT) x 100	%	28,82	29,89
Capital de Risco Aplicado	[(AC + RLP) / AT] x 100	%	100,00	100,00
6. Garantias				
Reais s/ Capital	(IM / CS) x 100	%	5,50	6,73
Totais s/ Capital	(AP / CS) x 100	%	78,85	73,67
7. Capital de Giro Próprio				
Capital de Giro	(AC - PC) / 1.000	R\$	1,27	0,78

Valores Expresso em Reais Mil

* Dados Básicos e Siglas para Análise Acima

AC = Ativo Circulante	PC = Passivo Circulante	LB = Lucro bruto
AD = Ativo Disponível	ELP = Exigível a Longo Prazo	LO = Lucro Operacional
E = Estoque	REF = Result. Exerc. Futuros	LL = Lucro Líquido
RPL = Realizável a Longo Prozo	PL = Patrimônio Líquido	DEP = Desp. Equiv. Patrimônioal
AP = Ativo Permanente	CS = Capital Integralizado	REP = Receita Equiv. Patrimônioal
AT = Ativo Total	ADC = Adto. p/Aumento de Capital	DD = Despesas Depreciação
IM = Terrenos, Edificações e Obras	VB = Vendas Brutas	CMB = Correção Monet. Balanço

OBS: Os cálculos dos coeficientes acima estão elaborados de acordo com formulas padrão de finanças e análise financeira.

32 Créditos Fiscais

Legislação Societária				
Data	Histórico	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Exercício de 2018	ICMS s/ Aquisição Ativo Imobilizado	16,54	21,54	38,08
Exercício de 2018	IRRF Sob Aplic Financeira	6,25	0,00	6,25
Total Geral				44,33

A CERAL - DIS possui Créditos Fiscais conforme demonstrados no quadro acima e faz compensações mensalmente e anualmente, conforme determinação da Legislação Fiscal.

33 Informações de Natureza Social e Ambiental

A CERAL – DIS, periodicamente efetua o serviço de “Poda de Árvores” e a limpeza da faixa nas redes aéreas de distribuição.

O serviço é executado dentro das características técnicas exigidas, sempre buscando reduzir ao máximo os impactos ambientais.

Informamos também, não possuir nenhum Passivo Ambiental em curso.

34 Energia Livre

A CERAL - DIS, está dispensada de operações obrigatórias no Mercado Livre de Energia Elétrica, em virtude de seu total de Energia Comercializada estar abaixo do mínimo estipulado na legislação de Energia Livre e, por esse motivo, continua honrando o Contrato de Suprimento que firmou com a COPEL Distribuição S.A., conforme instruções do Órgão Regulador.

35 ICMS sob Subvenção Baixa Renda

A CERAL – DIS não possui tributação e nem recolhimento do ICMS sobre a citada subvenção.

36 Diferimento de Tarifa (Reajustes Tarifários)

Esta Permissionária teve seu quinto reajuste tarifário no mês de junho de 2018, em 2016 teve sua 2ª RTP (Revisão Tarifária Periódica), não existindo diferimento de tarifa.

37 Revisão Tarifária Periódica

Em 31/08/2016 nossa Empresa encerrou o seu segundo ciclo de Revisão Tarifária Periódica. Tal resultado foi homologado através da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.112, de 26/07/2016. O índice de reposicionamento foi: 14,50% referente à Parcela A + Parcela B e de 9,61% quando totalizado com os "componentes financeiros". Os itens financeiros, que causaram um grande impacto financeiro nesta Revisão, foram compostos principalmente pelo encontro de contas das Bandeiras Tarifárias Credoras, faturadas por ordem da Legislação e, agora, devolvida aos consumidores a parte não requerida pelas usinas, através de descontos tarifários.

38 Ganhos Contingentes

A CERAL – DIS não possuiu, neste exercício Ganhos Contingentes e nem em exercício anterior.

39 Investimento Remunerável

O Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS e Almoxarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais), sobre o qual foi calculada a remuneração, bem como o AIS que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela "B" da Receita Requerida – RR da Concessionária, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.112, de 29/07/2016, se atualizados pelo IPCA, Líquido do Fator "X", nos Reajustes Tarifários Anuais, já ocorridos, estariam assim formados:

Descrição	INDICES	3,00%	4,39%	XX%
	Revisão 2016	IRT 2017	IRT 2018	IRT 2019
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	13.789,30	14.202,98	14.826,49	-
(2) Obrigações Especiais Brutas		-	-	-
(3) Bens Totalmente Depreciados	377,82	389,15	406,23	-
(4) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)	13.411,48	13.813,83	14.420,26	-
(5) Depreciação Acumulada	5.312,87	5.472,26	5.712,49	-
(6) Valor da Base de Remuneração (VBR)	8.476,43	8.730,72	9.114,00	-
(7) Obrigações Especiais Líquidas	-	-	-	-
(8) Terrenos e Servidões	0,00	0,00	0,00	-
(9) Almoxarifado em Operação	41,37	42,61	44,48	-

(10) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(5)-(7)+(8)+(9)	8.517,80	8.773,33	9.158,48	-
(11) Taxa de Depreciação	4%	4%	4%	-
(12) Quota de Reintegração Regulatória	536,46	552,55	576,81	-
(13) Remuneração de Capital (RC) = BRR líq x WACC	321,12	330,75	345,27	-

40 Reajuste Tarifário

Em 2016 aconteceu nossa Segunda Revisão Tarifária Ordinária. A publicação ocorreu através da publicação da Resolução Homologatória ANEEL No. 2112 de 26 de junho de 2016 para o ciclo 2016 / 2017, com vigência a partir de 30/07/2016.

A mudança no início de vigência em relação ao ciclo tarifário anterior (2015 / 2016), deu-se em função da adesão desta Permissionária ao modelo tarifário contemplado no Submódulo 8.4 dos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret).

O efeito tarifário médio desta revisão representou 10,53% percebido pelos associados e consumidores.

Em 2017, ocorreu nosso reajuste tarifário, respaldado pela publicação da Resolução Homologatória ANEEL No. 2.273 de 18 de julho de 2017 para o ciclo de 2017 / 2018.

Este Reajuste efetuou a nova composição de nossa PARCELA B, bem como em relação à Parcela A, esta absorveu o aumento de nossa Energia Comprada, bem como toda a carga tributária e os Encargos Setoriais inerentes à nossa Empresa.

O efeito tarifário médio deste reajuste, para o ciclo tarifário vigente, representou 19,99% percebido pelos associados e consumidores.

Em 2018, ocorreu nosso reajuste tarifário, respaldado pela publicação da Resolução Homologatória ANEEL No. 2.422 de 24 de julho de 2018 para o ciclo de 2018 / 2019.

41 Fusões, Cisões e Incorporações

O Patrimônio da CERAL – DIS decorre de Cisão, evento ocorrido em março de 2009, momento em que os ativos relacionados a energia elétrica foram transferidos da Cooperativa de Infra Estrutura – CERAL para a Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica CERAL – DIS, Cooperativa esta que recebeu a Permissão da ANEEL para explorar exclusivamente a atividade de serviço público de energia elétrica conforme determina a Resolução nº 12 de janeiro de 2002.

42 Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos

Nos exercícios de 2018 e 2017 não houveram necessidade da contabilização da Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos, uma vez que, sendo todos os bens da CERAL-DIS vinculados à seu serviço Concedido, todos são periodicamente avaliados conforme determinação do Órgão Regulador. Em nosso último laudo de avaliação, o resultado apresentado foi superior ao Ativo Contabilizado. A ANEEL, no exercício de 2011, determinou o reconhecimento contábil desta atualização, na forma de Reavaliação Regulatória Compulsória.

43 Nota Explicativa Conciliação LAJIDA/EBTIDA

Na composição da formação do saldo de R\$ 715,93 mil reais da LAJIDA/EBTIDA do exercício contábil de 2018 foram utilizados as seguintes contas:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro/Prejuízo Líquido	454,94	195,79
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00
Impostos (Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro)	71,88	54,60
Depreciação e Amortização	189,11	184,36
	715,93	434,75

44 Balanço Patrimonial Fiscal

Conforme Artigo 10 da Instrução Normativa 1397/2013, demonstramos abaixo a Demonstração Contábil Fiscal - Balanço Patrimonial Fiscal, composto do quadro do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração de Resultado do Exercício Fiscal e DMPLR - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal.

BALANÇO PATRIMONIAL FISCAL 2018

Descri�o	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societário	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Ativos						
Ativo circulante		3.031,46	-	3.031,46	-	3.031,46
Caixa e equivalentes de caixa		962,61	-	962,61	-	962,61
Consumidores		1.015,53	-	1.015,53	-	1.015,53
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		22,79	-	22,79	-	22,79
Depósitos judiciais e cau�es		-	-	-	-	-
Almoxarifado operacional		64,38	-	64,38	-	64,38
Investimentos temporários		-	-	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais		603,14	-	603,14	-	603,14
Despesas pagas antecipadamente		37,19	-	37,19	-	37,19
Ativos de opera�o descontinuada e bens destinados à aliena�o		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes		325,82	-	325,82	-	325,82
Ativo não circulante		7.265,74	(3.984,64)	3.281,10	-	3.281,10
Consumidores		-	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-

Serviços em curso	-	-	-	-	-
Tributos compensáveis	21,54	-	21,54	-	21,54
Depósitos judiciais e cauções	-	-	-	-	-
Investimentos temporários	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-
Tributos diferidos	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-	-	-	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes	-	1.432,33	1.432,33	(1.432,33)	-
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	7,85	-	7,85	-	7,85
Imobilizado	7.228,24	(7.101,27)	126,97	3.116,63	3.243,60
Intangível	8,11	1.684,30	1.692,41	(1.684,30)	8,11
Total do ativo	10.297,20	(3.984,64)	6.312,56	-	6.312,56

Passivo					
Passivo circulante	1.758,44	-	1.758,44	-	1.758,44
Fornecedores	924,62	-	924,62	-	924,62
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	172,23	-	172,23	-	172,23
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-
Tributos	209,96	-	209,96	-	209,96
Provisão para litígios	-	-	-	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-
Encargos setoriais	172,40	-	172,40	-	172,40
Provisão para descomissionamento	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	154,68	-	154,68	-	154,68
Provisão para uso do bem público	-	-	-	-	-
Passivos de operações descontinuadas	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-
Obrigações com associados	-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes	124,55	-	124,55	-	124,55
Passivo não circulante	389,22	-	389,22	-	389,22
Fornecedores	-	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-

Tributos	-	-	-	-	-
Provisão para litígios	-	-	-	-	-
Encargos setoriais	-	-	-	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-	-	-	-
Tributos diferidos	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	-	-	-	-	-
Provisão para uso do bem público	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-
Obrigações com associados	-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	389,22	-	389,22	-	389,22
Total do passivo	2.147,66	-	2.147,66	-	2.147,66

Patrimônio líquido					
Capital social	2.307,28	-	2.307,28	-	2.307,28
Reservas de capital	(242,62)	333,71	91,09	244,82	335,91
Outros resultados abrangentes	3.984,63	(3.984,63)	-	-	-
Reservas de lucros	-	-	-	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-
(-) Ações Próprias em Tesouraria	-	-	-	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-	-	-	-
Participação de Não Controladores	-	-	-	-	-
Reserva de sobras	1.634,83	-	1.634,83	-	1.634,83
Sobras à disposição da Assembleia	465,42	(333,72)	131,70	(244,82)	(113,12)
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-	-	-	-
Participação de não controladores	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido	8.149,54	(3.984,64)	4.164,90	-	4.164,90
Total do passivo e do patrimônio líquido	10.297,20	(3.984,64)	6.312,56	-	6.312,56

DEMONSTRAÇÃO FISCAL DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 2018

	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societário	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Operações em continuidade						
Receita / Ingresso		13.889,76	-	13.889,76	-	13.889,76
Fornecimento de energia elétrica		6.105,17	-	6.105,17	-	6.105,17
(-) Transferências		-	-	-	-	-

Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	4.964,24	-	4.964,24	-	4.964,24
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	(76,75)	-	(76,75)	-	(76,75)
Serviços cobráveis	1,40	-	1,40	-	1,40
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	2.901,74	-	2.901,74	-	2.901,74
Outras receitas vinculadas	(6,04)	-	(6,04)	-	(6,04)
Tributos	(2.106,29)	-	(2.106,29)	-	(2.106,29)
ICMS	(1.870,71)	-	(1.870,71)	-	(1.870,71)
PIS-PASEP	(41,95)	-	(41,95)	-	(41,95)
Cofins	(193,63)	-	(193,63)	-	(193,63)
ISS	-	-	-	-	-
Encargos - Parcela "A"	(1.337,82)	-	(1.337,82)	-	(1.337,82)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(757,33)	-	(757,33)	-	(757,33)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Taxa de fiscalização	(12,61)	-	(12,61)	-	(12,61)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-	-	-	-
Outros encargos	(567,88)	-	(567,88)	-	(567,88)
Receita líquida / Ingresso líquido	10.445,65	-	10.445,65	-	10.445,65
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(7.184,19)	-	(7.184,19)	-	(7.184,19)
Energia elétrica comprada para revenda	(6.990,89)	-	(6.990,89)	-	(6.990,89)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfa	(193,30)	-	(193,30)	-	(193,30)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	-	-	-	-
Encargos e Demais Despesas Setoriais	-	-	-	-	-
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica Combustíveis	-	-	-	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis	3.261,46	-	3.261,46	-	3.261,46
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(3.118,18)	333,71	(2.784,47)	18,64	(2.765,83)
Pessoal e administradores (inclui 72,45 de remuneração a administradores)	(1.817,76)	-	(1.817,76)	-	(1.817,76)
Entidade de previdência privada	-	-	-	-	-
Material	(107,04)	-	(107,04)	0,09	(106,95)
Serviços de terceiros	(575,02)	-	(575,02)	0,64	(574,38)

Arrendamento e aluguéis	(207,23)	-	(207,23)	-	(207,23)
Seguros	(15,51)	-	(15,51)	-	(15,51)
Doações, contribuições e subvenções	(20,24)	-	(20,24)	-	(20,24)
Provisões	(17,55)	-	(17,55)	-	(17,55)
Recuperação de despesas	45,98	-	45,98	-	45,98
Tributos	(5,95)	-	(5,95)	-	(5,95)
Depreciação e amortização	(522,83)	333,72	(189,11)	-	(189,11)
Gastos diversos da atividade vinculada	(21,85)	(473,99)	(495,84)	6,86	(488,98)
Outras Receitas Operacionais	158,21	473,98	632,19	-	632,19
Outras Gastos Operacionais	(11,39)	-	(11,39)	11,05	(0,34)
Resultado da Atividade	143,28	333,71	476,99	18,64	495,63
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Resultado Financeiro	49,83	-	49,83	(1,35)	48,48
Despesas financeiras	(1,94)	-	(1,94)	-	(1,94)
Receitas financeiras	51,77	-	51,77	(1,35)	50,42
Operações com não Associados	0,00	0,00	0,00	-262,11	-262,11
Resultado de operações com não associados	-	-	-	(262,11)	(262,11)
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	193,11	333,71	526,82	(244,82)	282,00
Despesa com impostos sobre os lucros	(71,88)	-	(71,88)	-	(71,88)
Resultado líquido das operações em continuidade	121,23	333,71	454,94	(244,82)	210,12
Operações descontinuadas					
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas		-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	121,23	333,71	454,94	(244,82)	210,12
Atribuível aos:					
Acionistas controladores	-	-	-	-	-
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-
Lucro por ação	0,05	0,15	0,20	(0,11)	0,09
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	0,05	0,15	0,20	(0,11)	0,09
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-	-	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade					

básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-	-	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-	-	-	-

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Fiscal 2018

	Capital Social	Reservas de capital	Outros Resultados Abrangentes	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposição da Assembléia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.307,28	22,86	-	(0,00)	-	1.415,17	22,63	-	3.767,94
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	91,09	-	-	192,82	-	(91,09)	-	192,82
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	262,12	-	262,12
Reserva legal	-	-	-	-	-	26,21	(26,21)	-	-
FATES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RATES	-	-	-	-	(192,82)	147,95	(13,11)	-	(57,98)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	45,50	(45,50)	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<u>Reavaliação Regulatoria Compulsoria de Imobilizado - VNR</u>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos Fiscais	-	221,96	-	-	-	-	(221,96)	-	0,00
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.307,28	335,91	-	(0,00)	-	1.634,83	(113,12)	-	4.164,90

45 Quotas da CDE repassadas as Distribuidoras e reembolsadas pela Eletrobrás

Conforme programa governamental instalado após a edição da MP 579/2012 e publicação da RTE, a CERALDIS realizou e recebeu os subsídios abaixo descritos, apresentando, em dezembro/2018, o saldo de 310,97 R\$/MIL

	SALDO ANTERIOR	REALIZADO	RECEBIDO	A RECEBER
SUBVENÇÃO CDE - Água, Esgoto e Saneamento	6,42	28,56	-32,79	2,19
SUBVENÇÃO CDE - Rural Convencional	195,50	1.731,60	-1.710,81	216,29
SUBVENÇÃO CDE - Redução da Densidade de Carga	122,31	1.146,42	-1.176,24	92,49
				310,97

46 Datas de Formação das Obrigações Especiais

Conforme determinação da SFF/ANEEL, detalhamos abaixo os saldos das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica, por data de formação, compondo sua respectiva depreciação acumulada.

Obrigações Especiais Controladas por data de aquisição:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018
Em Serviço			
Participação da União, Estados e Municípios			
Participação Financeira do Consumidor			
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido			
Programa de Eficiência Energética - PEE			
Pesquisa e Desenvolvimento	(40,00)	4,72	(35,28)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(40,00)	4,72	(35,28)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica			
Valores Pendentes de Recebimento			
Valores Não Aplicados			
Outros			
Ultrapassagem de demanda	(64,71)	6,43	(58,28)
Data de aquisição: 01/08/2016	(64,71)	6,43	(58,28)
Excedente de reativos	(53,88)	5,35	(48,53)
Data de aquisição: 01/08/2016	(53,88)	5,35	(48,53)
Diferença das perdas regulatórias			
Outros			
Total	(158,59)	16,50	(142,09)

47 Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo a Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 11/03/2019 pela Diretoria, não podendo os senhores associados proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em R\$ mil, com 2 casas decimais.

WIELFRED ALBERTS
Diretor Presidente

ALBERTO CARLOS VAN DE POL
SECRETÁRIO

SAMUEL DE FREITAS
Gerente Contábil

7 - Parecer do Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti – CERAL-DIS, pelos seus membros abaixo assinados, no uso de suas atribuições estatutárias e em colaboração da Auditoria Independente, examinou o Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2018, as Demonstrações das Sobras ou Perdas, bem como os demais controles regulatórios gerais em conformidade com o exigido pelo poder concedente, a ANEEL, durante o ano fiscal de 2018, encontrando tudo em perfeita e boa ordem.

Dado o exposto, recomenda-se a aprovação do Balanço Patrimonial e as Demonstrações das Sobras ou Perdas deste exercício pela Assembleia Geral Ordinária da Cooperativa.

Arapoti, 11 de março de 2019

Eduard Egbert Borg
Coordenador

Sybren de Jonge
Secretário

Pieter Gerard Zijilema
Membro Efetivo

8 - Parecer dos Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À

Diretoria e Cooperados da

Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti – Ceral - Dis

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti - CERAL - DIS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti - CERAL - DIS** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros Assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações financeiras da **CERAL - DIS** em 31 de dezembro de 2017, foram por nós auditadas, para os quais foi emitido Parecer dos Auditores Independentes, sem ressalva, datado de 26 de janeiro de 2018.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Cooperativa, cuja apresentação é requerida pelo órgão regulador - ANEEL , e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Cooperativa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e

pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com

o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 22 de fevereiro de 2019.



AUDITORES INDEPENDENTES.

CRC 2SP023964/O-9 OCB 622/07

GUILHERME PEREIRA MENDES

Contador CRC 1SP 146031/O-5 “S” PR.

9 - Relatório da Administração Regulatório

9 Relatório da Administração Regulatório

Senhoras e Senhores Associados,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2018, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da CERAL-DIS - Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti para a sociedade, parceiros, investidores, associados e consumidores.

Carta do Presidente

O ano de 2009 constituiu marco histórico de funcionamento efetivo da Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti – CERAL-DIS. A Assembleia de fundação foi realizada no dia 08 de outubro de 2008 e assinatura do contrato de permissão em novembro de 2008.

A CERAL-DIS foi fundada sob a égide da lei 9074/95, lei esta que regulamentou o processo de privatização das empresas de energia elétrica de nosso país. O artigo 23 da citada Lei, preconizava a estruturação das cooperativas de eletrificação rural como empresa regulamentada em conformidade com os ditames legais, passando estas a serem distribuidoras de serviços públicos de eletricidade.

No ano de 2018, esta Permissionária já se encontra no décimo ano de funcionamento como empresa regulamentada, o que conseqüentemente exige-se cada vez mais aperfeiçoamento e qualificação de pessoal, participando de diversos treinamentos e grupos de estudos, com o fim de manter-se atualizada frente as possíveis mudanças ocorridas no setor elétrico.

Em julho de 2018 aconteceu o sexto Reajuste Tarifário. A exemplo do reajuste anterior, este efetuou a nova composição de nossa PARCELA B, bem como em relação à Parcela A, absorvendo o aumento de nossa Energia Comprada, bem como toda a carga tributária e os Encargos Setoriais inerentes à nossa Permissionária.

O efeito tarifário médio deste reajuste, para o ciclo tarifário vigente que compreende 2018 e 2019, representou 14% percebido pelos cooperados e consumidores.

Há que se destacar que o ano de 2018, a Permissionária continuou a sentir os efeitos positivos trazidos pela Resolução Homologatória nº 2.273 de 18 de julho de 2017 que foi o reconhecimento por parte do Poder Concedente de que as Cooperativas atendem um mercado muito rarefeito e disperso, levando energia principalmente à área rural, o que torna seu mercado pouco competitivo, dessa forma, a citada Resolução trouxe em se bojo o dispositivo em que o governo, via CDE, compensaria esse mercado de baixa densidade da permissionária deixando de impactar o consumidor com tarifas mais elevadas.

Esta resolução trouxe benefícios imediatos à CERAL-DIS, proporcionando um melhor equilíbrio financeiro.

Em nosso sistema elétrico interno, continuamos fazendo os serviços normais, como limpeza de rede, troca de isoladores, manutenção de redes em geral e manutenção preventiva de religadores.

O ano de 2018, a exemplo de anos anteriores, trouxe consigo os desafios próprios do setor, porém, são desafios que reforçam a idéia de que precisamos continuar em frente, almejando sempre oferecer energia de qualidade ao nosso cooperado e consumidores e sempre gratos a Deus pelas bênçãos recebidas.

Wiefred Alberts

Carta do Contador

Na qualidade de Contador responsável pela escrituração Regulatória, Societária e Fiscal da CERAL DIS – Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti, juntamente com toda nossa equipe, comunicamos aos senhores Cooperados a conclusão do exercício de 2018, com alto grau de qualidade, transparência e observando totalmente o conceito de legalidade.

A CERAL DIS, a exemplo de exercícios anteriores, primou, neste exercício, por detalhes claros e transparentes, abrindo as contas sintéticas exigidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em contas analíticas divididas por assunto, apresentando de forma clara seu resultado e valorizando assim sua atuação como Empresa de Serviço Público bem como trazendo a informação gerada, de forma clara, o que permite aos dirigentes tomar as decisões mais certas.

O resultado da Prestação de Contas referente a este exercício será enviado, dentro do prazo, para a ANEEL.

Vale salientar que, na questão Regulatória, a ANEEL, têm intensificado o monitoramento eletrônico, impondo pré-análises dos dados quando de nosso envio para integralização na base nacional.

Informamos que todos os envios, desde a PAC - Prestação Anual de Contas, RIT - Relatório de Informações Trimestrais, e, BMP - Balancete Mensal Padronizados foram enviados tempestivamente e aprovados nessa pré-análise realizada pela ANEEL.

Dentro desta mesma linha, a Receita Federal têm implantado monitoramento eletrônico, onde podemos destacar o envio do SPED, ECF, EFD-REINF e EFD CONTRIBUIÇÕES, entre outros. Destacamos que todos, também, têm sido enviados dentro do prazo concedido.

Diante do acima descrito, e, com muita satisfação, comunicamos aos senhores Cooperados que a seguir, constam todos os demonstrativos do exercício Regulatório, Societário e Fiscal, de modo a facilitar e dar todas as condições necessárias à V.Sas. tomarem todas as decisões para o novo exercício de nossa Empresa.

Por fim, agradecemos à DEUS, à Diretoria, aos Gerentes, à nossa equipe contábil, bem como todos os departamentos, internos e consultorias e auditorias externas que colaboraram para a correta escrituração deste exercício.

SAMUEL DE FREITAS
Gerente Contábil
CRC – PR 041184/O-0

Cenário

A CERAL-DIS - Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti atua no segmento de distribuição de energia elétrica e fornece energia na região rural dos Municípios de Arapoti, Jaguariaíva, São José da Boa Vista e Pirai do Sul, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 10 anos de existência.

A CERAL – DIS, concluiu o processo de renovação da certificação dos índices de qualidade de energia através do sistema de certificação NBR ISO 9001:2015, sendo outorgada a esta permissionária a certificação no mês de Agosto de 2018 como resultado dos Ciclos de Auditoria no período de dezembro de 2017 a Agosto de 2018. A certificação outorgada está estruturada conforme a versão NBR ISO 9001:2015.

Face as modificações, a renovação da certificação da CERAL-DIS na NBR ISO 9001:2008, teve sua validade somente até agosto de 2018. Antes do vencimento deste prazo a permissionária iniciou o processo de auditoria de transição para a nova versão ISO 9001:2015, tendo sido aprovada a renovação, no mês de Agosto de 2018, tendo sido emitido um novo certificado com validade até dezembro de 2020.

Esta Permissionária está certificada desde o ano de 2011 sob o número de Registro de Certificado Q-03039.

Em nossa política de qualidade, buscamos sempre a melhoria através da capacitação dos nossos colaboradores através de Investimentos em Treinamentos Técnicos e Segurança e Medicina no Trabalho, visando a atender de forma adequada os nossos associados e consumidores e demais partes interessadas.

Distribuição

A Permissionária distribui energia elétrica em 04 dos 399 municípios do Estado do Paraná. Não temos atendimento a consumidores livres no Estado.

Ligação de consumidores - foram realizadas no ano 14 novas ligações sendo 8 rurais, 5 residenciais e 02 comerciais e 01 desligamento industrial, totalizando 999 consumidores atendidos pela Permissionária, número 1,42% superior ao de 2017.

Número de Consumidores

Consumidores	2014	2015	2016	2017	2018
Residencial	197	198	200	214	219
Comercial	58	54	56	59	61
Industrial	16	14	14	13	12
Rural	649	667	677	690	698
Poderes Públicos	5	5	5	5	5
Iluminação Pública	1	1	1	1	1
Serviço Público	3	3	3	3	3
Total	929	942	956	985	999
Varição	0,32%	1,40%	1,49%	3,03%	1,42%

Comportamento do mercado - A distribuição de energia da Permissionária no período de janeiro a dezembro de 2018 foi de 25,81 GWh (25,47 GWh em 2017).

Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram o rural e industrial. A classe rural representa uma fatia de 53,70% do segmento de mercado e apresentou crescimento na ordem de 5,96% em relação ao ano de 2017. A classe industrial representa 38,05% do segmento de mercado e apresentou decréscimo na ordem de (2,77)% em relação ao ano de 2017. No meio rural, o desempenho deve-se, principalmente, à constante modernização do sistema agropecuarista em nossa região bem como ao processo de industrialização ocorrido no Município.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Mercado Atendido

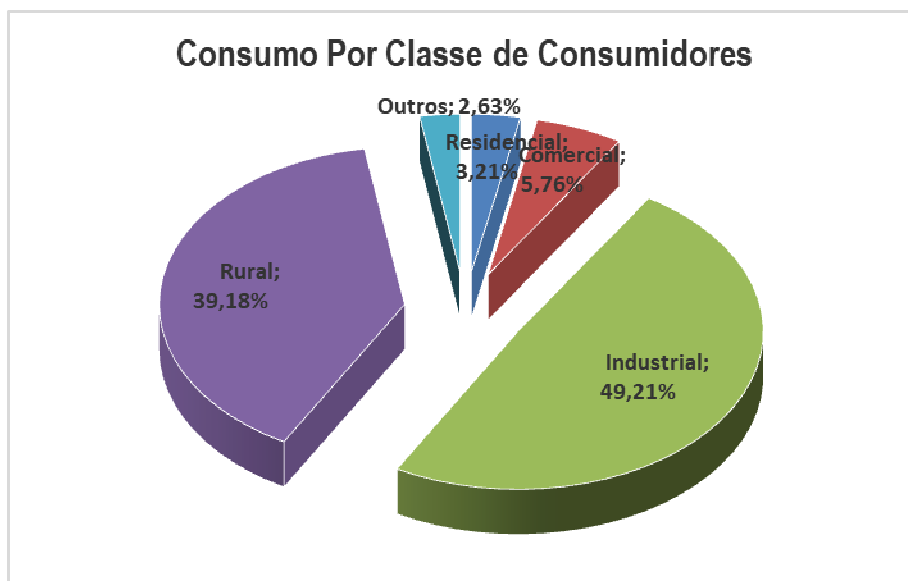
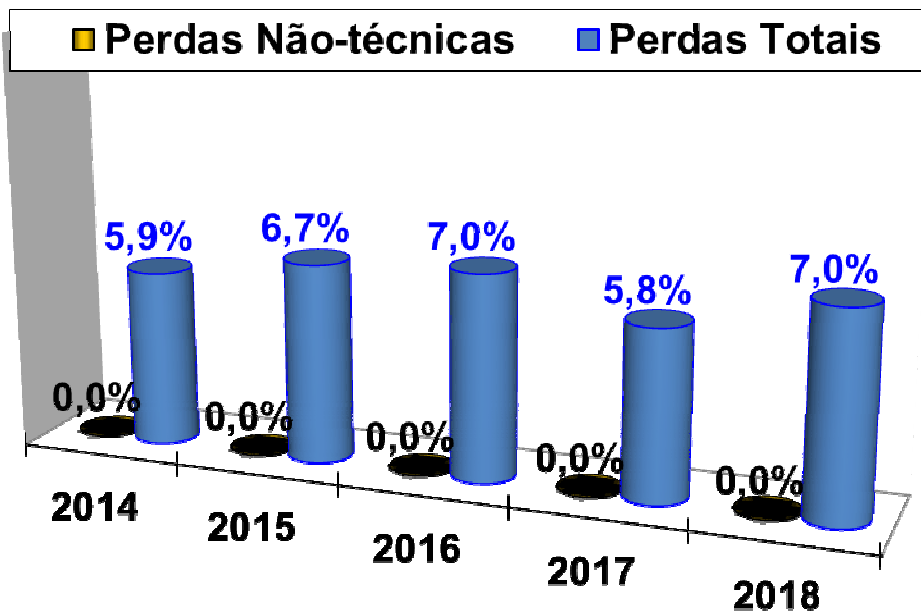
Mercado Atendido - GWh	2014	2015	2016	2017	2018
Energia Faturada	22	23	23	25	26
Fornecimento	22	23	23	25	26
Residencial	1	1	1	1	1
Comercial	8	1	1	1	1
Industrial	1	8	9	10	10
Rural	12	12	12	13	14
Poderes Públicos	-	-	0	0	0
Iluminação Pública	-	-	0	0	0
Serviço Público	1	1	1	1	0
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	22	23	23	25	26
Variação	1,71%	3,95%	3,89%	8,61%	1,33%

As perdas totais de energia sobre a energia requerida (comprada) apresentou uma evolução negativa de 27,08% em 2017 para 2018.

Balço Energético

Energia Requerida - GWh	2014	2015	2016	2017	2018
Venda de Energia	22	22	23	23	24
- Fornecimento	22	22	23	23	24
- Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	22	22	23	23	24
Perdas na Rede Básica					
Perdas na Distribuição	1	2	2	1	2
Perdas Técnicas	1	2	2	1	2
Perdas não Técnicas - PNT					
PNT / Energia Requerida %	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Perdas Totais - PT	1	2	2	1	2

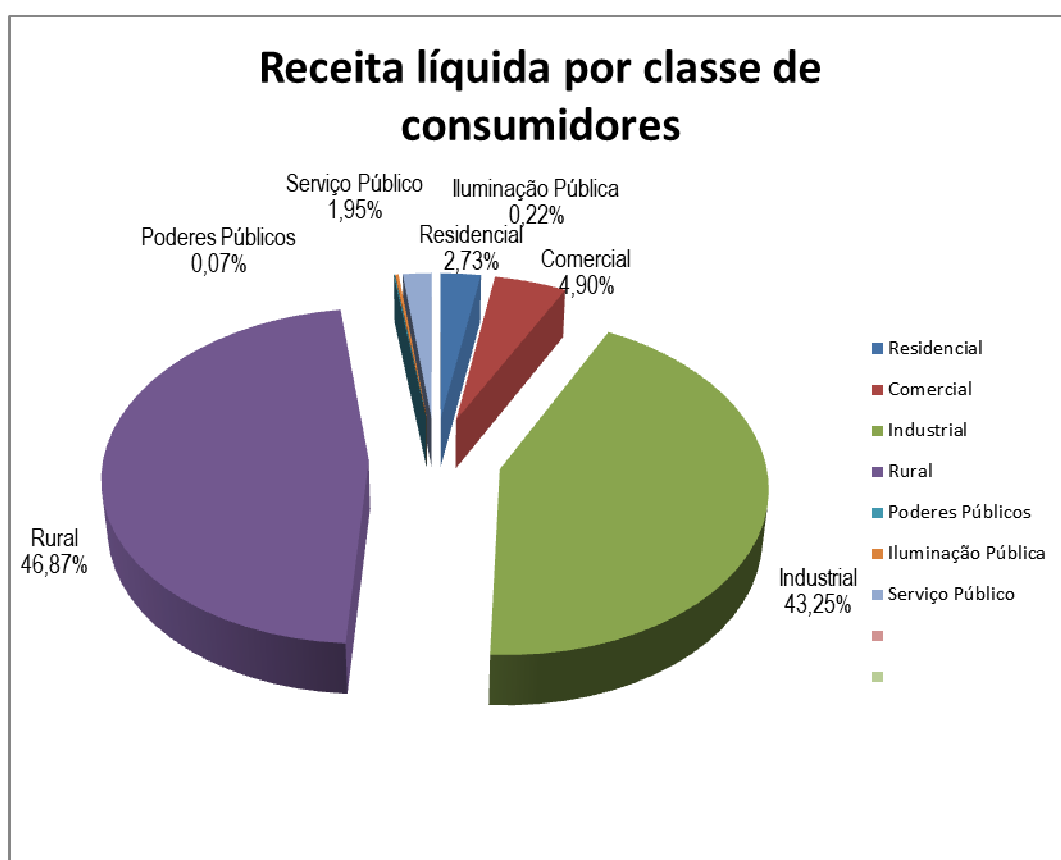
PT / Energia Requerida %	5,9%	6,7%	7,0%	5,8%	7,0%
Total	23	24	24	25	26



Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 9.403,60 mil, conforme quadro a seguir:

Receita Líquida em R\$ Mil

Classe	2018	2017	%
Residencial	257,03	228,78	12,35%
Comercial	461,06	410,49	12,32%
Industrial	4.067,26	3.242,49	25,44%
Rural	4.407,79	3.665,85	20,24%
Outros	210,46	185,63	-20,46%
Poderes Públicos	6,40	15,23	-57,98%
Iluminação Pública	21,08	17,94	17,50%
Serviço Público	182,98	152,46	20,02%
Total	9.403,60	7.733,24	21,60%



Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2018 apresentou um crescimento de 1,42 % sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de Consumidores

Classe	2018	2017	Var %
Residencial	219	214	2,34%
Comercial	61	59	3,39%
Industrial	12	13	-7,69%
Rural	698	690	1,16%
Outros	9	9	0,00%
Poderes Públicos	5	5	0,00%
Iluminação Pública	1	1	0,00%
Serviço Público	3	3	0,00%
Total	999	985	1,42%

Tarifas - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2018, atingiu R\$ 403,68, com aumento de 18,21% com relação a dezembro de 2017 que era de R\$ 341,48, por meio da Resolução ANEEL no de 2.422 / 07 / 2018.

Classe	Tarifa média de Fornecimento em R\$/MW/h
Residencial	455,36
Comercial	445,94
Industrial	395,46
Rural	317,95

Tarifa Res. Baixa Renda por faixa de Consumo	0 - 30 KWh	31 - 100 KWh	101 - 220 KWh	221 acima KWh
Tarifas Brutas	0,13919	0,2386	0,35791	0,39768

Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2014	24,83	15,31	1,81
2015	37,23	18,19	1,76
2016	35,02	18,81	2,16
2017	19,64	11,77	1,67
2018	20,01	10,29	2,98

Atendimento ao consumidor - Foi lançado em Dezembro de 2015 o Programa de Conservação e Aquecimento, Lâmpadas LED e PL, em parceria com um Colégio Estadual, que teve o objetivo de reduzir o consumo de energia elétrica no Centro de Educação e disseminar informações de combate ao desperdício de energia aos professores, alunos, funcionários e demais colaboradores da instituição. O projeto abrangeu aproximadamente 450 pessoas, entre alunos e demais envolvidos.

Tecnologia da informação

O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma Permissionária de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Permissionária faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da Informação aconteceram no ano de 2015 os quais foram:

- Troca de computador que atende a área de faturamento da permissionária, proporcionando maior agilidade no atendimento aos cooperados;
- Aquisição de licença de software contábil para melhor atendimento a nova exigência da Receita Federal na nova metodologia chamada ECD – Escrituração Contábil Digital e ECF – Escrituração Contábil Fiscal.

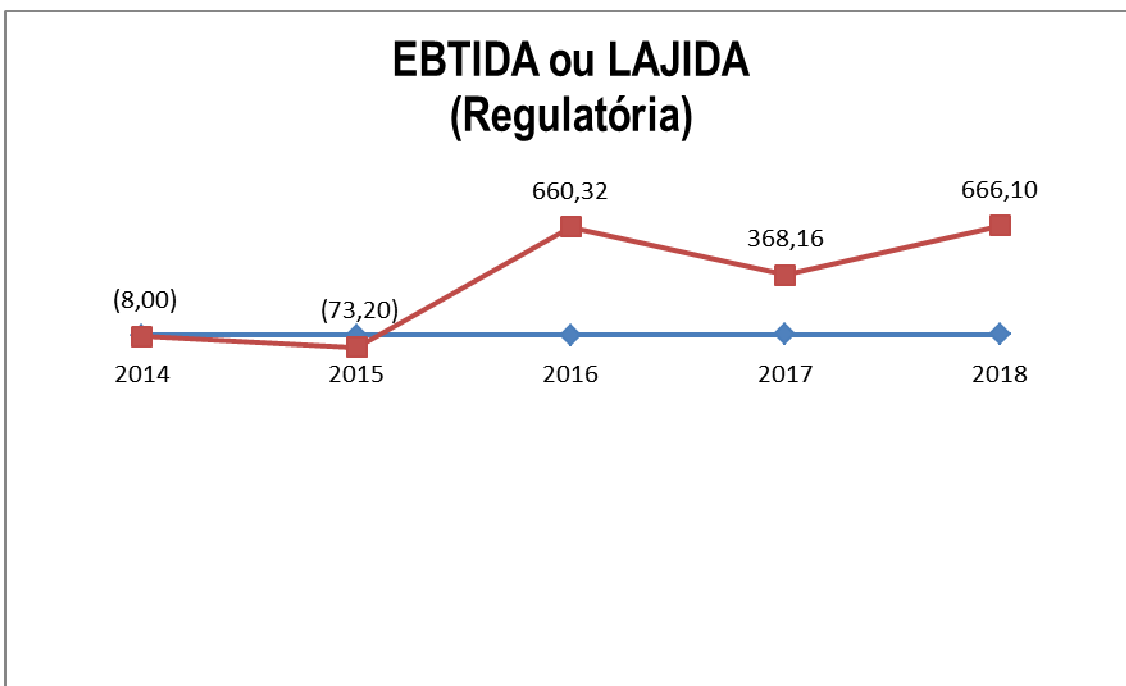
Em 2018 foram somente realizadas as manutenções e atualizações dos sistemas implementados no ano anterior a fim de manter-se sempre afinada com as inúmeras exigências fiscais e tributárias bem como as obrigações acessórias pertinentes a atividade desta Permissionária.

Desempenho econômico-financeiro

Em 2018, as sobras líquidas foram de R\$ 121,23 mil, contra R\$ 184,69 mil em 2017, uma diminuição de 52,35%. A receita operacional líquida atingiu R\$ 10.445,64mil, enquanto em 2017 situou-se em R\$ 8.442,91 mil. Esse aumento de 23,72% resulta da evolução nas vendas para consumidores finais (cooperados e não cooperados) combinado com os efeitos do último reajuste tarifário para o ciclo 2018/2019 que foi de 14,03%.

As despesas operacionais totalizaram em 2018 R\$ 10.449,18 mil, 20,76% superiores em relação à 2017, destacando-se os custos com: total das taxas regulamentares que tiveram um crescimento de 5,03% no ano. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 1,49% contra 2,27% em 2017.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 666,10 mil, superior em 80,93 a 2017, que foi de R\$ 368,16 mil, conforme evolução abaixo:



Investimentos: Em 2018, os investimentos da Companhia, importaram em R\$ 251,67 mil, 0,32% inferiores em relação à 2017, dos quais R\$ 251,67 mil foram realizados em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição. Para esta mesma rubrica nos próximos 5 (cinco) anos, a Companhia estima um investimento total de R\$ 1.255,00 mil.

	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de 31/dez/2018				
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil								
AIS Bruto ¹	917	253	252	501	198	185	185	185
Transformador de Distribuição	64	71	91	70	70	58	58	58
Medidor	34	23	39	37	37	37	37	37
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	643	122	122	334	91	91	91	91
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	176	36	-	60	-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.

Originadas da Receita	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Ultrapassagem de demanda				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Excedente de reativos				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Diferença das perdas regulatórias				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.

Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição:

O quadro representa os investimentos realizados em 2018 pela permissionária em comparação a 2017 representando um percentual de 14,40% maior entre o projetado no PDD de 2018 e o realizado.

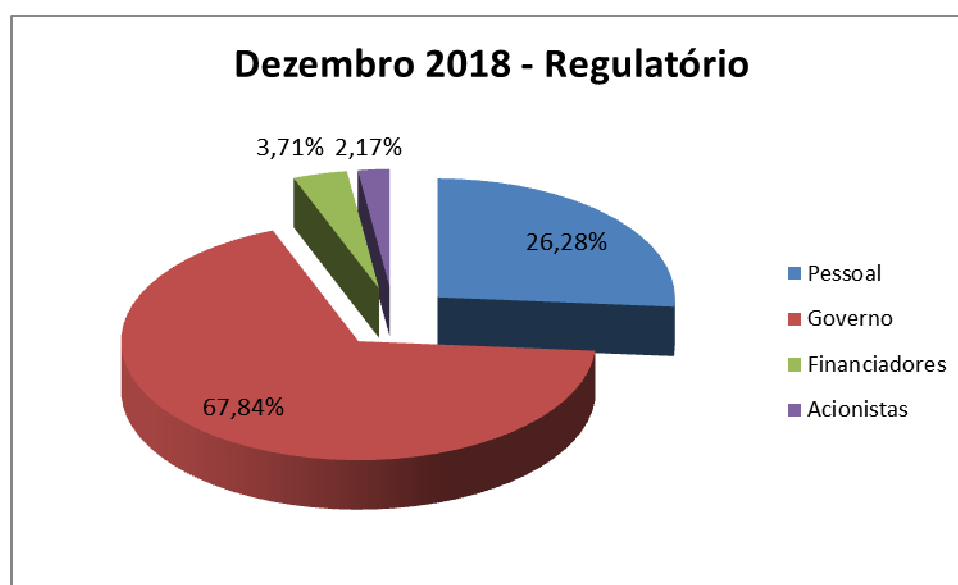
O aumento da projeção de investimentos de 2019 dee-se ao fato de que após estudos em nossas redes de distribuição verificou-se a necessidade de obras para melhorias no sistema.

R\$ Mil	2018R	2019P	2020P	2021P	2022P	2023P
Plano de Investimentos 2018	252	501	198	185	185	185

R\$ Mil	2018P	2019P	2020P	2021P	2022P	2023P
Plano de Investimentos 2017	220	198	198	185	185	185

Diferença	14,4%	152,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
-----------	-------	--------	------	------	------	------

Valor adicionado regulatório: Em 2018, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Permissionária foi de R\$ 5.539,93 mil, representando 39,88% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:



Política de reinvestimento e distribuição de dividendos: Sendo a entidade uma Cooperativa seu objetivo é o de aplicar todas as sobras na melhoria de seus serviços aos seus Cooperados e Consumidores mediante aprovação da AGO de cada exercício.

A Permissionária com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de: 10% para Reserva Legal e 5% para a RATES. Quanto aos resultados com Atos Cooperados e não cooperados, que apresentaram Perdas, foram absorvidas pelas Reserva Legal conforme previsto na Nota Técnica NBC T 10.8.

Composição acionária: Em 31 de dezembro de 2018 o capital social da Permissionária era de R\$ 2.307,28 mil, composto por 2.307.275 mil de quotas, com valor nominal R\$ 1,00.

Gestão

Administração: A Permissionária tem procurado em todos os aspectos atender às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pois entende que a intenção da ANEEL é assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de produção e venda de energia elétrica para garantir ao consumidor que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade toda a cadeia de custos.

Planejamento empresarial: A Permissionária vem procurando adaptar-se às constantes e aceleradas mudanças no setor elétrico, assimilando e analisando as tendências de mercado bem como o contínuo gerenciamento de custos.

Os rumos da Permissionária vêm sendo administrados com certa parcimônia, isto, pelo cenário econômico que vem se descortinando no país, a qual certamente sinalizará algumas mudanças estratégicas na gestão visando a contínua qualidade na prestação de serviços aos consumidores e cooperados.

Gestão pela qualidade total: Em 2018, as atividades relacionadas com a Gestão pela Qualidade Total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, certificações de qualidade, principalmente no que tange às informações ao Órgão Regulador certificados pela ISO 9001 e 10002.

Recursos humanos: A Permissionária, a exemplo de anos anteriores, tem procurado promover constantemente a evolução e conhecimento de seus colaboradores através de cursos de aperfeiçoamento nas áreas técnicas e administrativa como também incentivá-los à continuidade dos estudos escolares. Aos colaboradores que optaram pela continuidade dos estudos seja no nível Médio como Acadêmico, a Permissionária oferece bolsa de estudo que cobre em até 50% do valor da mensalidade escolar.

Responsabilidade social: Cada vez mais, a Permissionária vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

Outorgada em números	2018	2017	%
Atendimento			
Número de consumidores	999	985	1,42%
Número de empregados	19	19	0,00%
Número de consumidores por empregado	53	52	1,42%

Número de localidades atendidas	4	4	0,00%
Número de agências	0	0	0,00%
Número de postos de atendimento	0	0	0,00%
Número de postos de arrecadação	1	1	0,00%
Mercado			
Área de Permissão (Km ²)	885,40	885,40	0,00%
Geração própria (GWh)	0	0	0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	3	3	1,70%
Distribuição direta (GWh)	0	0	0,00%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	47.037,33	47.731,33	-1,45%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	363,04	303,61	19,57%
Total (exceto curto prazo)	0	0	0,00%
Residencial	455,36	399,43	14,00%
Comercial	445,94	393,24	13,40%
Industrial	395,46	293,00	34,97%
Rural	317,95	280,26	13,45%
Suprimento	0	0	0,00%
DEC (horas)	20,01	19,64	1,88%
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	0,97	1,03	-6,02%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	4,506	2,65	70,04%
FEC (número de interrupções)	10,29	11,74	-12,35%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	0,270	0,003	8900,00%
Operacionais			
Número de usinas em operação	0	0	0,00%
Número de subestações	0	0	0,00%
Linhas de transmissão (Km)	0	0	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	508,60	506,41	0,43%
Capacidade instalada (MW)	31,80	31,21	1,89%
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	13.889,76	11.391,20	21,93%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	10.445,64	8.442,91	23,72%
Margem operacional do serviço líquida (%)	32,97%	34,92%	-5,58%
EBITDA OU LAJIDA	683,65	368,16	85,69%
Lucro líquido (R\$ mil)	101,73	-184,69	-155,08%
Lucro líquido por mil cotas	101,73	-184,69	-155,08%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	8.149,54	8.135,40	0,17%
Valor patrimonial por cota R\$	8.149,54	8.135,40	0,17%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	0,01	-0,02	-154,99%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	0,26	0,24	11,71%
Em moeda nacional (%)	0,26	0,24	11,71%

Em moeda estrangeira (%)	0,00	0,00	0,00%
Indicadores de Performance			
Sálario Médio dos Funcionarios	4,00	3,85	0,00%
Energia Gerada/Comprada por Funcionário	1.445,15	1.413,39	0,00%
Energia Gerada/Comprada por Consumidor	27,49	27,26	0,00%
Retorno de ativos por unidade	0,02	0,03	0,00%

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Permissionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Permissionária.

Arapoti, Paraná, 29 de Abril de 2019

A Administração

10 - Balanço Patrimonial Regulatório

10 Balanço Patrimonial Regulatório

CERAL-DIS - Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti

CNPJ no 10.532.365/0001-30

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

Balanço Patrimonial

	Consolidado	
	2018	2017
Ativos		
Ativo Circulante	3.031,46	2.463,47
Caixa e equivalentes de caixa	962,61	524,09
Consumidores	1.015,53	932,63
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	22,79	21,39
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Almoxarifado operacional	64,38	61,11
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Ativos financeiros setoriais	603,14	553,00
Despesas pagas antecipadamente	37,19	33,36
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	325,82	337,89
Ativos de operações descontinuadas	-	-
Bens destinados à alienação	-	-
Ativo Não-Circulante	7.265,74	7.591,17
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	21,54	22,68
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-

Tributos diferidos	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos não circulantes	-	-
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	7,85	6,50
Imobilizado	7.228,24	7.545,21
Intangível	8,11	16,78

Total do ativo	10.297,20	10.054,64
-----------------------	------------------	------------------

Passivo

Passivo Circulante	1.758,44	1.681,00
Fornecedores	924,62	763,10
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	172,23	125,88
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	209,96	194,84
Provisão para litígios	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	172,40	279,54
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos financeiros setoriais	154,68	50,57
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos circulantes	124,55	267,07
	-	-
Passivos de operações descontinuadas	-	-

Passivo Não-Circulante	389,22	238,24
Fornecedores	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	-	-
Provisão para litígios	-	-
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-
Tributos diferidos	-	-

Passivos financeiros setoriais	-	53,01
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	389,22	185,23

Total do passivo	2.147,66	1.919,24
-------------------------	-----------------	-----------------

Patrimônio líquido	8.149,54	8.135,40
Capital social	2.307,28	2.307,27
Reservas de capital	(242,62)	-
Outros resultados abrangentes	3.984,63	4.367,46
Reservas de lucros	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	-	-
Ações em tesouraria	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-
Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	1.634,83	1.415,17
Sobras à disposição da Assembleia	465,42	45,50
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-

Total do patrimônio líquido	8.149,54	8.135,40
------------------------------------	-----------------	-----------------

Total do passivo e do patrimônio líquido	10.297,20	10.054,64
---	------------------	------------------

11 - Demonstração do Resultado do Exercício Regulatória

11 Demonstração do Resultado do Exercício Regulatória

CERAL-DIS - Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti

CNPJ no 10.532.365/0001-30

Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado do Exercício

	Consolidado	
	2018	2017
Operações em continuidade		
Receita / Ingresso	13.889,76	11.391,20
Fornecimento de energia elétrica	6.105,17	4.437,46
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	4.964,24	4.732,15
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	(76,75)	210,58
Serviços cobráveis	1,40	0,77
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	2.901,74	2.010,25
Outras receitas	(6,04)	(0,01)
Tributos	(2.106,29)	(1.674,66)
ICMS	(1.870,71)	(1.505,08)
PIS-PASEP	(41,95)	(30,20)
Cofins	(193,63)	(139,38)
ISS	-	-
Encargos - Parcela "A"	(1.337,82)	(1.273,63)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(757,33)	(702,13)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(12,61)	(11,49)
Outros encargos	(567,88)	(560,01)

Receita líquida / Ingresso líquido	10.445,65	8.442,91
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(7.184,19)	(5.468,22)
Energia elétrica comprada para revenda	(7.184,19)	(5.468,22)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	-	-
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	-	-
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-
Outros	-	-
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis	3.261,46	2.974,69
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(3.118,18)	(3.171,34)
Pessoal e administradores	(1.817,76)	(1.685,89)
Material	(107,04)	(131,64)
Serviços de terceiros	(575,02)	(507,17)
Arrendamento e aluguéis	(207,23)	(202,33)
Seguros	(15,51)	(12,04)
Doações, contribuições e subvenções	(20,24)	(28,12)
Provisões	(17,55)	0,02
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-
(-) Recuperação de despesas	45,98	17,06
Tributos	(5,95)	(17,64)
Depreciação e amortização	(522,83)	(564,83)
Gastos diversos	(21,85)	(52,36)
Outras Receitas Operacionais	158,21	41,22
Outras Despesas Operacionais	(11,39)	(27,62)
Resultado da Atividade	143,28	(196,65)
Equivalência patrimonial	-	-
Resultado Financeiro	49,83	66,56
Despesas financeiras	(1,94)	(6,54)

Receitas financeiras	51,77	73,10
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	193,11	(130,09)
Despesa com impostos sobre os lucros	(71,88)	(54,60)
Resultado líquido das operações em continuidade	121,23	(184,69)
Operações descontinuadas	-	-
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-
Atribuível aos:		
Acionistas controladores	-	-
Acionistas não controladores	-	-
Lucro por ação	0,05	(0,08)
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	0,05	(0,08)
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade	-	-
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

Demonstrações do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício

	Consolidado	
	2018	2017
Resultado do exercício		
Outros resultados abrangentes	-	-

Reserva de reavaliação	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Ganho líquido sobre instrumentos financeiros	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Equivalência sobre ganhos abrangentes de coligadas	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial	-	-
Diferenças atuariais	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-

Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
---	----------	----------

Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
---	----------	----------

Atribuível a:

Acionistas Controladores	-	-
Acionistas Não Controladores	-	-

12- Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Regulatória

Reservas de Lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RATES	-	-	-	-	(142,26)	87,60	(2,68)	-	(57,34)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	266,93	(266,93)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.307,28	-	4.367,46	-	0,00	1.415,17	45,50	-	8.135,41
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	101,73	-	(91,09)	-	10,64
(+/-) Ajustes Societarios - IFRS	-	(242,62)	(382,83)	-	-	-	576,34	-	(49,11)
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	91,09	-	19,49	-	110,58
Reserva legal	-	-	-	-	-	26,21	(26,21)	-	-
FATES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RATES	-	-	-	-	(192,82)	147,95	(13,11)	-	(57,98)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	45,50	(45,50)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.307,28	(242,62)	3.984,63	-	0,00	1.634,83	465,42	-	8.149,54

13 - Demonstração do Fluxo de Caixa Regulatório

13 Demonstração do Fluxo de Caixa Regulatório

CERAL-DIS - Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti
CNPJ no 10.532.365/0001-30
Demonstrações do Fluxo de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)
(Método Direto)

Notas	Notas	2018	2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		527,21	(194,27)
Fornecimento de Energia		11.245,89	8.992,54
Suprimento de Energia		-	-
TUSD de Consumidores Livres e Geradores		-	-
Suprimento a Concessionárias		-	-
Recebimento da CCEE - Energia de Curto Prazo		-	-
Recebimento de RAP de Transmissão		-	-
Repasse do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético		2.905,30	1.884,60
Outros Recebimentos Operacionais		43,35	63,55
Fornecedores - Materiais e Serviços		(1.486,14)	(1.268,36)
Fornecedores - Energia Elétrica		(7.172,14)	(5.374,19)
Salários e Encargos Sociais		(1.062,65)	(1.070,79)
Tributos sobre a Receita - Federais		(817,96)	(717,50)
Tributos sobre a Receita - Estaduais e Municipais		(1.851,60)	(1.443,51)
Tributos sobre o Lucro (IRPJ / CSLL)		(26,45)	(40,51)
Encargos de Transmissão		-	-
Demais Encargos Regulatórios		(748,87)	(720,48)
Outras Despesas Operacionais		(501,52)	(499,62)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(88,69)	(70,63)
Aquisição de Participações Societárias		-	-
Aportes / Aumento de Capital em Controladas		-	-
Investimentos		-	-
Imobilizado		(107,78)	(108,57)
Intangível		-	-
Participação Financeira do Consumidor		-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos		-	-
Empréstimos / Mútuos Concedidos		-	-
Proventos Recebidos		19,09	37,94
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		438,52	(264,90)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	(3,35)
Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	-
Empréstimos e Financiamentos Pagos		-	-

Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Emitidos	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Pagos	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-
Integralização de Capital	-	(3,35)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	438,52	(268,25)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	438,52	(268,25)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	438,52	(268,25)
No início do exercício	524,09	792,34
No fim do exercício	962,61	524,09

14 - Notas Explicativas Regulatórias

14 Notas Explicativas Regulatórias

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de

Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais

ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

No negócio de geração, a Outorgada além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia à Consumidores Livres no mercado livre – ACL. No mercado livre - ACL, a energia é negociada por meio das concessionárias de geração, PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas, autogeradores, comercializadores e importadores de energia.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores

livres, mas em vez de geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas nas páginas 16 a 30, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Imobilizado em serviço: A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social .

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

4. Consumidores e Concessionárias e Permissionárias

DESCR I Ç Ã O	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					Total 2018	Total 2017
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA		Provisão p/ Devedores Duvidosos		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
Fornecimento de Energia	977,94	-	33,87	0,17	0,12	16,54	(16,79)	0,46	-	-	-	-	1.012,31	929,61
Residencial	31,01	-	8,88	-	0,08	-	(0,08)	-	-	-	-	-	39,89	34,31
Industrial	368,55	-	1,37	-	-	16,27	(16,27)	-	-	-	-	-	369,92	371,16
Comercial	56,49	-	5,09	0,17	-	0,27	(0,44)	0,46	-	-	-	-	62,04	59,16
Rural	385,97	-	18,53	-	0,04	-	-	-	-	-	-	-	404,54	362,82
Poderes Públicos	0,82	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,82	1,67
Iluminação Pública	2,45	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,45	2,43
Serviço Público	21,99	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21,99	22,59
Serviço Taxado	0,22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,22	0,14
Fornecimento Não Faturado	110,44	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	110,44	75,33
(-) Arrecadação Processo Classif .	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Total	977,94	-	33,87	0,17	0,12	16,54	(16,79)	0,46	-	-	-	-	1.012,31	929,61
--------------	---------------	----------	--------------	-------------	-------------	--------------	----------------	-------------	----------	----------	----------	----------	-----------------	---------------

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa do Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos a mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos a mais de 180 dias; e
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos a mais de 360 dias.

Durante o ano de 2018 não houve realização da provisão, uma vez que não "levamos consumidores a reserva" por terem sido esgotados todas as alternativas de cobrança e recuperação de valores.

5. Imobilizado

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, barragens e adutoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	14.770,72	257,40	(79,60)	-	(130,93)	14.817,59	177,80	(7.843,15)	6.974,44	7.313,02	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	14.482,71	251,49	(50,05)	-	(130,93)	14.553,22	201,44	(7.700,61)	6.852,61	7.164,58	-	-	-
Veículos	260,90	-	(29,55)	-	-	231,35	(29,55)	(125,86)	105,49	135,07	-	-	-
Móveis e utensílios	27,10	5,91	-	-	-	33,01	5,91	(16,68)	16,33	13,37	-	-	-
Administração	18,89	-	-	-	-	18,89	-	(13,75)	5,14	6,88	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	9,56	-	-	-	-	9,56	-	(4,42)	5,14	6,29	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	9,33	-	-	-	-	9,33	-	(9,33)	(0,00)	0,59	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Subtotal	14.789,62	257,40	(79,60)	-	(130,93)	14.836,49	177,80	(7.856,90)	6.979,59	7.319,90	-	-	-
-----------------	-----------	--------	---------	---	----------	-----------	--------	------------	----------	----------	---	---	---

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	225,32	292,75	-	(269,41)	-	248,66	23,34	-	248,66	225,32	-	-	-
Máquinas e equipamentos	9,42	292,75	-	(251,49)	-	50,68	41,26	-	50,68	9,42	-	-	-
Outros	215,90	-	-	(17,92)	-	197,98	(17,92)	-	197,98	215,90	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	225,32	292,75	-	(269,41)	-	248,66	23,34	-	248,66	225,32	-	-	-

Total do Ativo Imobilizado	15.014,94	550,15	(79,60)	(269,41)	(130,93)	15.085,15	201,14	(7.856,90)	7.228,25	7.545,22	-	-	-
-----------------------------------	-----------	--------	---------	----------	----------	-----------	--------	------------	----------	----------	---	---	---

A composição do intangível é como segue :

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Ativo Intangível em Serviço										
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do bem público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	45,40	-	-	-	-	45,40	-	(42,60)	2,80	9,50
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	45,40	-	-	-	-	45,40	-	(42,60)	2,80	9,50
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	165,77	-	-	-	-	165,77	-	(160,46)	5,31	7,28
Softwares	165,77	-	-	-	-	165,77	-	(160,46)	5,31	7,28
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	211,17	-	-	-	-	211,17	-	(203,06)	8,11	16,78
Ativo Intangível em Curso										
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do bem público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo Intangível	211,17	-	-	-	-	211,17	-	(203,06)	8,11	16,78

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferencia (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	14.482,71	251,49	(50,05)	-	(130,93)	14.553,22	201,44
Transformador de Distribuição	3.223,37	106,98	(25,10)	-	(29,58)	3.275,67	81,88
Medidor	712,18	36,07	(16,32)	-	(27,39)	704,54	19,75
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	3.559,81	24,10	(2,91)	-	-	3.581,00	21,19
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	7.244,58	84,34	(1,38)	-	-	7.327,54	82,96
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	(257,23)	-	(4,34)	-	(73,96)	(335,53)	(4,34)
Obrigações Especiais do AIS Bruto	-	-	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D,	-	-	-	-	-	-	-
Universalização	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Originadas da Receita	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-

Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-

	2018				2017
	Taxas Anuais médias de depreciação %	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Geração	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Distribuição	6,10	14.817,58	(7.843,14)	6.974,44	7.313,01
Custo histórico	3,38	4.567,10	(1.577,30)	2.989,80	2.945,55
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	2,72	10.250,48	(6.265,84)	3.984,64	4.367,46
Administração	7,63	18,89	(13,75)	5,14	6,87
Custo histórico	7,63	18,89	(13,75)	5,14	6,87
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-

Comercialização	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Em curso	-	248,66	-	248,66	225,32
Geração	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-
Distribuição	-	248,66	-	248,66	225,32
Administração	-	-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material/ Equipamento	Serviços de Terceiro	Mão de obra própria	Juros Capitalizados	Depreciação/ Amortização	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	175,11	11,89	47,78	-	-	16,71	251,49
Móveis e Utensílios	5,91	-	-	-	-	-	5,91
A Ratear	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de Projetos	-	-	-	-	-	-	-
Transformação, Fabricação e Reparo de	-	-	-	-	-	-	-
Materiais	-	-	-	-	-	-	-
Material em Depósito	-	-	-	-	-	-	-
Compras em Andamento	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Total das Adições	181,02	11,89	47,78	-	-	16,71	257,40

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL no 674 de 2015, são as seguintes:

Distribuição

Banco de capacitores (tensão inferior a 69 kV)	6,67
Chave de distribuição (tensão inferior a 69 kV)	6,67
Condutor do sistema (classe de tensão inferior a 69 kV)	3,57
Estrutura do sistema (Poste)	3,57
Regulador de tensão (tensão inferior a 69 kV)	4,35
Transformador (tensão inferior a 69 kV)	4,35

Administração Central

Equipamento geral	6,25
Veículos	14,29

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

CONSOLIDADO

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO 13,8kV 220/127 V 75 KVA TRIFÁSICO	13,74
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO 13,8kV 380/220 V 150 KVA TRIFÁSICO	9,56
TRANSFORMADOR TRIF. 112,5 KVA - 13,8 KV 380/220 V	8,48
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO 13,8kV 220/127V 112.5 KVA TRIFÁSICO	7,00
CONDUTOR DE ALUMÍNIO PROTEGIDO - XLPE 35 mm ²	6,27
CHAVE FUSÍVEL RELIGADORA 15KV 100 ^a	6,12
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO 13,8kV 220/127 V 30 KVA TRIFÁSICO	5,96
Caixa Metálica de Armação em formato de Viga U	5,91
TRANSFORMADOR TRIF. 75 KVA - 220/127 V	5,31
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO 13,8kV 380/220 V 75 KVA TRIFÁSICO	5,17

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

CONSOLIDADO

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
AUTOMÓVEL FIAT/STRADA WORKING CE, FLEX, 2013 CAB.ESTENDIDA + MOTOR 310A20111398475 FLEX	29,55
TRANSFORMADOR 13,8kV 220/127 V 30 KVA TRIFÁSICO	10,35
MEDIDOR ELETRÔNICO MULTIFUNÇÃO PROGRAMÁVEL TRIFÁSICO	7,15
CHAVE FUSIV.RELIGADORA 3 OP. MZR8802131-11 15 KV	4,30
TRANSFORMADOR 13,8kV 220/127 V 45 KVA TRIFÁSICO	3,78
TRANSFORMADOR 13,8kV 220/127 V 75 KVA TRIFÁSICO	1,83
MEDIDOR ELETRÔNICO DE ENERGIA TRIFÁSICO	1,75
TRANSFORMADOR 13,8kV 220/127 V 10 KVA TRIFÁSICO	1,51
TRANSFORMADOR 13,8kV 220/127 V 150 KVA TRIFÁSICO	1,30
POSTE DUPLO T CONCRETO 10 / 600	1,06

6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

A CERAL-DIS não possui contabilização de compensação de variação de custos da Parcela A no exercício de 2018.

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

i) Programas sociais e governamentais

A Empresa, consciente de sua atuação socialmente responsável, prioriza sua participação em programas e ações governamentais, adotando iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento de políticas públicas na área social.

ii) Quota parte de energia nuclear

A CERAL-DIS, por ter um mercado anual inferior a 500 GW, não participa da obrigatoriedade da quota parte de energia nuclear.

iii) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

iv) Sobrecontratação

O Decreto n° 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL n° 255, de 6 de março de 2007.

v) Diferimento ou Ressarcimento de reposição tarifária

Esta Permissionária teve seu segundo reajuste tarifário no mês de junho de 2011 e para 2012 permaneceram as mesmas tarifas desse reajuste conforme determinação da ANEEL, em 2013 teve sua 1ª RTP (Revisão Tarifária Periódica), em Junho de 2014 houve o terceiro reajuste tarifário e em Junho de 2015 houve o quarto reajuste tarifário, não existindo diferimento de tarifa. A 2ª Revisão Tarifária Periódica aconteceu em Julho/2016, conforme determinação do Órgão Regulador através da Resolução Homologatória n° 2.112 de 26 de Julho de 2016, não existindo diferimento de tarifas. Em 2017, ocorreu o quinto reajuste tarifário, respaldado pela publicação da Resolução Homologatória ANEEL No. 2.273 de 18 de julho de 2017, sem diferimento de tarifas.

Em julho de 2018 aconteceu o sexto Reajuste Tarifário. A exemplo do reajuste anterior, este efetuou a nova composição de nossa PARCELA B, bem como em relação à Parcela A, absorvendo o aumento de nossa Energia Comprada, bem como toda a carga tributária e os Encargos Setoriais inerentes à nossa Permissionária.

O efeito tarifário médio deste reajuste, para o ciclo tarifário vigente que compreende 2018 e 2019, representou 14% percebido pelos cooperados e consumidores.

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2017	Adição	Amortização	Remuneração	Transf-erencias	Saldo em 31/12/2018	Valores em Amortizacao	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	553,00	479,28	(374,83)	0,79	(55,10)	603,14	265,16	337,98	603,14	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	103,90	0,95	(35,52)	0,79	(21,03)	49,09	35,52	13,57	49,09	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	449,10	478,33	(339,31)	-	(34,07)	554,05	229,64	324,41	554,05	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	553,00	479,28	(374,83)	0,79	(55,10)	603,14	265,16	337,98	603,14	-

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2017	Adição	Amortização	Remuneração	Transf-erencias	Saldo em 31/12/2018	Valores em Amortizacao	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	103,58	141,98	(61,91)	1,83	(30,81)	154,67	26,81	127,86	154,67	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	50,52	127,33	(38,00)	1,83	(46,49)	95,19	2,92	92,27	95,19	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	53,06	14,65	(23,91)	-	15,68	59,48	23,89	35,59	59,48	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	103,58	141,98	(61,91)	1,83	(30,81)	154,67	26,81	127,86	154,67	-

7. Empréstimos e Financiamentos

A CERAL-DIS não possui endividamento financeiro no exercício de 2018.

Abertura do Endividamento – R\$ Mil

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal de Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente	Datas de captação ou repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortização	Sistemática de Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo								
																2020	2021	2022	2023	2024	2025+	Total		
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-	
Linha 01 (informar instituição ou linha)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Linha 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-	
Linha 01 (informar instituição ou linha)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Linha 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívidas Tributárias (Refis, Paes,...)	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-	-

União	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
União 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
União 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estado 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Município	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívidas com Fundo de Pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensão 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensão 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívidas com Agentes do Setor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Renegociação 01 (credor ou encargo?)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Renegociação 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Conta 111																						
Aplic. Financ. CDB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. Fundos DI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Abertura dos Instrumentos Derivativos – R\$ Mil

INSTRUMENTO DERIVATIVOS	Instituição Contra parte	Data Inicio	Vencimento	Custo Ponta Ativa	Custo Ponta Passiva	R\$ Mil Valor Contratado	Fair Value R\$Mil
Total Derivativos	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-

Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$ Mil

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2018	Total 2017
Dívida Bruta	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	-	-	-	-
Tributária	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-
Intrasetoriais	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-
Intrasetoriais Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Tributária Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Derivativos a Pagar	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros	-	(962,61)	-	(962,61)	(524,09)
Alta Liquidez	-	(962,61)	-	(962,61)	(524,09)
Demais Aplicações Financeiras	-	-	-	-	-
Derivativos a Receber	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Dívida Líquida	-	962,61)	-	962,61)	(524,09)

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A CERAL-DIS não possui imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias nos exercícios 2017 e 2018.

9. Provisões para Litígios

A CERAL-DIS não possui provisões para litígios nos exercícios 2017 e 2018.

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Cíveis	Ambientais	Regulatórios	Outros	Total
Saldos em 31/12/2017	-	-	-	-	-	-	-
Constituição	-	-	-	-	-	-	-
Baixas/reversão	-	-	-	-	-	-	-
Atualização	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2018	-	-	-	-	-	-	-

10. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetaria Especial	Reavaliação	Total
Em serviço	3,44%	(40,00)	-	-	(40,00)
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	3,44%	(40,00)	-	-	(40,00)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	6,86%	(118,59)	-	-	(118,59)
Ultrapassagem de demanda	3,43%	(64,71)	-	-	(64,71)
Excedente de reativos	3,43%	(53,88)	-	-	(53,88)
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	0,00%	4,72	-	-	4,72
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-

Pesquisa e Desenvolvimento	-	4,72	-	-	4,72
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	-	11,78	-	-	11,78
Ultrapassagem de demanda	-	6,43	-	-	6,43
Excedente de reativos	-	5,35	-	-	5,35
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Total	0,00%	(142,09)	-	-	(142,09)

Total	(158,59)	-	-	-	-	(158,59)	-	16,50	(142,09)	(148,63)
--------------	-----------------	----------	----------	----------	----------	-----------------	----------	--------------	-----------------	-----------------

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (a)	Baixas (b)	Transfrecias (c)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Liquidas (a)-(b)+(c)	Amortização Acum.	Valor Liquido em 31/12/2018	Valor Liquido em 31/12/2017
Em Curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(36,62)	(210,51)	-	-	-	(247,13)	(210,51)	-	(247,13)	(36,62)
Ultrapassagem de demanda	(14,30)	(95,29)	-	-	-	(109,59)	(95,29)	-	(109,59)	(14,30)
Excedente de reativos	(22,32)	(115,22)	-	-	-	(137,54)	(115,22)	-	(137,54)	(22,32)
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	(36,62)	(210,51)	-	-	-	(247,13)	(210,51)	-	(247,13)	(36,62)

As principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

A permissionária não teve adições de obrigações especiais no exercício.

As principais baixas (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

A permissionária não teve baixas de obrigações especiais no exercício.

Obrigações especiais controladas por data de aquisição:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018
Em Serviço			
Participação da União, Estados e Municípios			
Participação Financeira do Consumidor			
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido			
Programa de Eficiência Energética - PEE			
Pesquisa e Desenvolvimento	(40,00)	4,72	(35,28)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(40,00)	4,72	(35,28)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica			
Valores Pendentes de Recebimento			
Valores Não Aplicados			
Outros			
Ultrapassagem de demanda	(64,71)	6,43	(58,28)
Data de aquisição: 01/08/2016	(64,71)	6,43	(58,28)
Excedente de reativos	(53,88)	5,35	(48,53)
Data de aquisição: 01/08/2016	(53,88)	5,35	(48,53)
Diferença das perdas regulatórias			
Outros			
Total	(158,59)	16,50	(142,09)

11. Patrimônio Líquido**Capital Social**

O capital social em 31 de dezembro de 2018 representa R\$ 2.307,28 e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

	Números de ações em milhares						
	Prferenciais		B		Total		
Cotistas	%	Cotas	%	B	%	Total	%
Wifred Alberts	0,09	2.045		-	-	2.045,29	-
Capal - Cooperativa Agro Industrial	35,55	820.148		-	-	820.148,46	-
José Bento Azambuja Germano	3,65	84.264		-	-	84.264,13	-
Pedro Elgersma	3,12	71.950		-	-	71.949,81	-

Distribuidora Pitangueiras	2,60	60.068	-	-	60.067,83	-
Coenraad Wolters	2,47	57.004	-	-	57.004,48	-
Stora Enso	2,22	51.118	-	-	51.118,14	-
Arauco Florestal Arapoti	1,47	33.816	-	-	33.815,52	-
Demais Cooperados (n° de 233)	48,83	1.126.862	-	-	1.126.861,71	-
Total	100,00	2.307.275	-	-	2.307.275,37	-

Reservas de Capital

	2018	2017
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2001	0,00	0,00
Doações e subvenções para investimentos	0,00	0,00
Conta de resultados a compensar (CRC)	0,00	0,00
Outras	-242,62	0,00
Total	-242,62	0,00

Outros Resultados Abrangentes

	2018	2017
Ajustes de Elementos do Ativo - Reservas de Reavaliação	3.984,63	4.367,46
Total	3.984,63	4.367,46

Lucros ou Prejuízos Acumulados

	2018	2017
Lucros Acumulados	0,00	0,00
(-) Prejuízos Acumulados	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

Reservas de Sobras

	2018	2017
Reserva legal	517,55	491,33
Lucros a realizar	0,00	0,00
FATES	804,86	656,90
Reservas Estatutárias	312,43	266,93
Total	1.634,84	1.415,16

Sobras / Perdas à Disposição da Assembléia

	2018	2017
Sobras	222,80	45,50
Efeitos IFRS	242,62	0,00
(-) Perdas	0,00	0,00
Total	465,42	45,50

Com base na legislação Cooperativista, a reserva legal é constituída à razão de 10% com base nas sobras verificadas da operação com cooperados no exercício.

A Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social (RATES), é constituída à razão de 5% com base nas sobras verificadas da operação com cooperados no exercício, é constituída também da parcela do lucro apurado com não cooperados no exercício.

A Permissionária no ano calendário de 2018, apresentou sobras com cooperados e lucros com não cooperados.

12. Receita Operacional Bruta

	Nº de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Receita Bruta						
Fornecimento - Faturado	999	985	25.902,62	25.470,76	11.191,78	9.219,00
Residencial	219	214	564,45	572,78	359,73	320,38
Industrial	12	13	9.821,29	10.096,40	5.508,01	4.414,37
Comercial	61	59	1.033,91	1.043,87	644,15	575,05
Rural	698	690	13.863,26	13.080,33	4.384,99	3.648,90
Poder público	5	5	14,71	39,29	9,02	21,45
Iluminação pública	1	1	74,02	70,83	29,69	25,26
Serviço público	3	3	530,99	567,26	256,19	213,59
Suprimento Faturado	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	-	-	4.964,24	4.732,15
Consumidores Cativos	-	-	-	-	4.964,24	4.732,15
Consumidores Livres	-	-	-	-	-	-
Encargos de conexão de agentes de geração	-	-	-	-	-	-
Permissionárias	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	-	-	-	-	-	-
(-) Transferências	-	-	-	-	(5.121,74)	(4.806,91)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	(72,66)	(31,20)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos	-	-	-	-	(84,84)	(43,56)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatorias	-	-	-	-	-	-
(-) Trsf p/ TUSD - Consumidores Cativos	-	-	-	-	(4.964,24)	(4.732,15)

Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	-	-	-	-	35,11	25,38
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	-	-
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	(6,04)	(0,01)
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	-	-	-	-	(76,75)	210,58
Serviços Cobráveis	-	-	-	-	1,40	0,77
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	2.901,74	2.010,25
Total	999,00	985	25.902,62	25.470,76	13.889,74	11.391,21

13. Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica- CCEE

Nos exercícios de 2017 e 2018, a Permissionária não efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

14. Pessoal e Administradores

	2018	2017
Pessoal	1.745,31	1.615,62
Remuneração	1.248,00	1.190,54
Encargos	368,04	357,89
Previdência privada - Corrente	-	-
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	5,93	-
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	-
Outros benefícios - Corrente	114,69	66,47
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	8,65	0,72
Administradores	72,45	70,27
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	72,45	70,27
Benefícios dos administradores	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	1.817,76	1.685,89

15. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

	2018	2017
Sobras (Perdas) antes do imposto de renda e contribuição social	193,11	130,09
Ajustes Efeitos IFRS	333,71	120,30
Lucro Ajustado	526,82	250,39
Ajustes Lalur	(244,82)	(22,87)
Base de Calculo Fiscal	282,00	227,52
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	(71,88)	(54,60)
Efeitos fiscais sobre:	-	-
Participação nos resultados	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-
Incentivos fiscais	-	-
Encargos capitalizados	-	-
Compensação da CSLL e com a Cofins	-	-
Outros	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(71,88)	(54,60)

16. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

Em virtude da empresa ser uma Permissionária, onde apenas apresentamos as atividades de Distribuição e Administração, não reconhecemos a necessidade de preenchimento desse quadro referente as Demonstrações do Resultado do Exercício segregados por atividade.

17.1. Revisão Tarifária Periódica

No ano de 2012, mais precisamente no mês de abril, nossa Permissionária deveria estar concluindo sua primeira Revisão Tarifária Periódica.

Ocorre que, por impasse entre o Órgão Regulador e as Permissionárias, tal metodologia atrasou até meados de 2013, sendo que por duas vezes tivemos nossa tarifa de 2011 prorrogada por um ano.

Tal ação acabou por criar uma diferença grande entre a tarifa de 2011 e a de 2012, publicada, no nosso caso em 2014.

Vale salientar a grande dificuldade enfrentada por nossa Permissionária, haja vista a adaptação a uma baixa remuneração imposta pela metodologia, associado à vigência retroativa da mesma, ocasionado pelo atraso de sua publicação.

Em 2016, conforme determinação do Órgão Regulador na Resolução Homologatória nº 2.112 de 26 de Julho de 2016, ocorreu o Segundo Ciclo de Revisão Tarifária. Este Ciclo conduziu a um efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 10,53%.

Por fim, destacamos que na Revisão Tarifária Periódica foram calculados todos os custos da Parcela B da Empresa, bem como o valor da Base de Remuneração Regulatória, totalizada pelo Ativo Imobilizado em Serviço mais a diferença entre o Laudo de Avaliação Regulatório deduzido dos valores contábeis originais.

17.2. Reajuste Tarifário Anual

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de concessão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IPCA, ajustado pela aplicação do Fator X, conforme Legislação Setorial.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº 1.912, de 23 de junho de 2015, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Permissionária resultantes do processo de reajuste tarifário de 2015, cujo reajuste médio foi de 41,35%, correspondendo a um efeito médio de 41,22% percebido pelos consumidores. Conforme explicado no item 13.1. Revisão Tarifária Periódica, essas tarifas não foram alteradas nos próximos meses do ano de 2015. Em 2017, ocorreu nosso reajuste tarifário, respaldado pela publicação da Resolução Homologatória ANEEL No. 2.273 de 18 de julho de 2017 para o ciclo de 2017 / 2018.

Em julho de 2018 aconteceu o sexto Reajuste Tarifário. A exemplo do reajuste anterior, este efetuou a nova composição de nossa PARCELA B, bem como em relação à Parcela A, absorvendo o aumento de nossa Energia Comprada, bem como toda a carga tributária e os Encargos Setoriais inerentes à nossa Permissionária.

O efeito tarifário médio deste reajuste, para o ciclo tarifário vigente que compreende 2018 e 2019, representou 14% percebido pelos cooperados e consumidores.

17.3. Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

a) A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;

b) As inclusões entre as datas-base do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;

c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-base do segundo e terceiro ciclos de revisão tarifária – base incremental (item b);

d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e

e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõe a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	13.789,30
(2) Índice de Aproveitamento Integral	-
(3) Obrigações Especiais Bruta	-
(4) Bens Totalmente Depreciados	377,82
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	13.411,48
(6) Depreciação Acumulada	5.312,87
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	-
(10) Almojarifado em Operação	41,37
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	-
(13) Terrenos e Servidões	-
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	8.517,80
(15) Saldo RGR PLPT	-
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-
(17) Taxa de Depreciação	0,04
(18) Quota de Reintegração Regulatória	536,46
(19) WACC real antes de impostos	0,04
(20) Taxa RGR PLPT	-
(21) Taxa RGR Demais Investimentos	-
22) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*(19)	321,12

17.4. Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI.

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

Devido a empresa ter optado em seu processo de Revisão Tarifária pelo Procedimento de Regulação Tarifária (PRORET) Submódulo 8.4, deixamos de apresentar o preenchimento do quadro abaixo relativos ao CAIMI no exercício de 2018.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	-
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	-
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	-
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	-
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	-
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	-
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	-
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	-

17.5. Ajuste da Parcela B em Função de Investimentos Realizados

Conforme previsto na Legislação Setorial, foi definido no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP anterior, o mecanismo destinado a comparar os investimentos previstos no cálculo do Fator X com os efetivamente realizados pelas distribuidoras. No CRTP vigente, quando da revisão tarifária de cada Concessionária, são levantados os investimentos efetivamente realizados pela distribuidora entre o CRTP anterior e o CRTP vigente, calculados com base nos registros contábeis da distribuidora, deflacionados pelo IGP-M, mês a mês, para a data-base da revisão tarifária anterior.

Caso os investimentos efetivamente realizados sejam inferiores àqueles considerados no cálculo do Fator X do CRTP anterior, esse item é recalculado, com a substituição dos valores de investimento previstos pelos investimentos realizados, mantendo-se inalterados os demais parâmetros

17.6. Resumo da Revisão Tarifária (ou Reajuste Tarifário)

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 2 do PRORET, que trata da revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a revisão tarifária da Outorgada é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Descrição	Receita Ultimo IRT R\$	Receita Verificada	Reajuste	Varição Projetada %	Impacto na Revisão Tarifária %	Part. na Receita %
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)	4.687,53	7.051,82	3.273,58	105,26%	-9,07%	47,81%
1.1. Encargos Setoriais	941,44	900,16	1.124,18	-29,29%	93,10%	16,42%
RGR	-	-	-	-	-	-
CCC	-	-	-	-	-	-
TFSEE	13,53	9,98	15,76	-26,25%	57,96%	0,23%
CDE	736,07	692,94	901,13	-5,86%	30,04%	13,16%
PROINFA	191,84	197,24	207,29	2,81%	5,09%	3,03%
P&D (Eficiência Energética)	-	-	-	-	-	-
NOS	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
1.2. Transmissão	1.245,39	2.197,03	2.149,40	76,41%	-2,17%	31,39%
Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Rede Básica Fronteira	-	-	-	-	-	-
Itaipu	-	-	-	-	-	-
Conexão	-	-	-	-	-	-
CUSD	1.245,39	2.197,03	2.149,40	76,41%	-2,17%	31,39%
Outros	-	-	-	-	-	-
1.3. Compra de Energia	2.500,70	3.954,63	-	58,14%	-100,00%	0,00%
CCEAR Existente	-	-	-	-	-	-
CCCEAR Nova	-	-	-	-	-	-
Contratos Bilaterais	2.500,70	3.954,63	-	58,14%	-100,00%	0,00%
Itaipu	-	-	-	-	-	-
2. PARCELA B (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	3.066,61	3.508,72	3.573,22	14,42%	1,84%	52,19%
2.1. Custos Operacionais + Anuidades	-	-	-	-	-	-
2.2. Remuneração	-	-	-	-	-	-
2.3. Depreciação	-	-	-	-	-	-
2.4. Receitas Irrecuperáveis	-	-	-	-	-	-
2.5. Outras Receitas	3.066,61	3.508,72	3.573,22	14,42%	1,84%	52,19%
3. Reposicionamento Econômico	14,50%		-35,17%			
4. Componentes Financeiros	-5,57%		-5,66%			
5. Reposicionamento com Financeiros	8,93%		-40,83%			
6. Financeiros Retirados do IRT anterior	-1,56%		1,75%			
7. Efeito para Consumidor	10,53%		14,03%			

PARCELA B PARA CICLO 2018/2019

ITENS	VALOR
Operação/Manutenção/Administração	2.538,74
Investimentos/Reservas/Outras receitas	1.034,48

3.573,22

15 - Notas Conciliatórias Societária X Regulatória

15 Notas Conciliatórias Societária X Regulatória

Continuação das notas explicativas com destaque para a conciliação entre Regulatória e Societária.

18. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada neste Manual. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Descrição	Nota	2018			2017		
		Regulatório	Ajustes	Societario	Regulatório	Ajustes	Societario
Ativos							
Ativo circulante		3.031,46	-	3.031,46	2.463,47	-	2.463,47
Caixa e equivalentes de caixa		962,61	-	962,61	524,09	-	524,09
Consumidores	14.1	1.015,53	-	1.015,53	932,63	-	932,63
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		22,79	-	22,79	21,39	-	21,39
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	-	-	-
Almoxarifado operacional		64,38	-	64,38	61,11	-	61,11
Investimentos temporários		-	-	-	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.2	603,14	-	603,14	553,00	-	553,00
Despesas pagas antecipadamente		37,19	-	37,19	33,36	-	33,36
Ativos de operação descontinuada e bens destinados à alienação	14.3	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes		325,82	-	325,82	337,89	-	337,89
Ativo não circulante		7.265,74	(3.984,64)	3.281,10	7.591,17	(4.367,46)	3.223,71
Consumidores		-	-	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		21,54	-	21,54	22,68	-	22,68
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	-	-	-
Investimentos temporários		-	-	-	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.1	-	-	-	-	-	-

Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	-	-	-
Bens e direitos para uso futuro		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes		-	1.432,33	1.432,33	-	1.494,70	1.494,70
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		7,85	-	7,85	6,50	-	6,50
Imobilizado	14.4	7.228,24	(7.101,27)	126,97	7.545,21	(7.389,90)	155,31
Intangível	14.5	8,11	1.684,30	1.692,41	16,78	1.527,74	1.544,52
Total do ativo		10.297,20	(3.984,64)	6.312,56	10.054,64	(4.367,46)	5.687,18

Passivo							
Passivo circulante		1.758,44	-	1.758,44	1.681,00	-	1.681,00
Fornecedores		924,62	-	924,62	763,10	-	763,10
Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	-	-	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas		172,23	-	172,23	125,88	-	125,88
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-
Tributos		209,96	-	209,96	194,84	-	194,84
Provisão para litígios		-	-	-	-	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-
Encargos setoriais		172,40	-	172,40	279,54	-	279,54
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.1	154,68	-	154,68	50,57	-	50,57
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-	-
Passivos de operações descontinuadas		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes		124,55	-	124,55	267,07	-	267,07
Passivo não circulante		389,22	-	389,22	238,24	-	238,24
Fornecedores		-	-	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	-	-	-	-
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-
Tributos		-	-	-	-	-	-
Provisão para litígios		-	-	-	-	-	-
Encargos setoriais		-	-	-	-	-	-
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.1	-	-	-	53,01	-	53,01
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-	-

Outros passivos não circulantes		-	-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		389,22	-	389,22	185,23	-	185,23
Total do passivo		2.147,66	-	2.147,66	1.919,24	-	1.919,24

Patrimônio líquido							
Capital social		2.307,28	-	2.307,28	2.307,27	-	2.307,27
Reservas de capital		(242,62)	333,71	91,09	-	-	-
Outros resultados abrangentes		3.984,63	(3.984,63)	-	4.367,46	(4.367,46)	-
Reservas de lucros		-	-	-	-	-	-
Recursos destinados a aumento de capital		-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados		-	-	-	-	-	-
(-) Ações Próprias em Tesouraria		-	-	-	-	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	-	-	-
Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-	-
Reserva de sobras		1.634,83	-	1.634,83	1.415,17	-	1.415,17
Sobras à disposição da Assembleia		465,42	(333,72)	131,70	45,50	-	45,50
Perdas não cobertas pelos cooperados		-	-	-	-	-	-
Participação de não controladores		-	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		8.149,54	(3.984,64)	4.164,90	8.135,40	(4.367,46)	3.767,94
Total do passivo e do patrimônio líquido		10.297,20	(3.984,64)	6.312,56	10.054,64	(4.367,46)	5.687,18

	Nota	2018			2017		
		Regulatório	Ajustes	Societario	Regulatório	Ajustes	Societario
Operações em continuidade							
Receita / Ingresso		13.889,76	-	13.889,76	11.391,20	-	11.391,20
Fornecimento de energia elétrica		6.105,17	-	6.105,17	4.437,46	-	4.437,46
(-) Transferências		-	-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica		-	-	-	-	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo		-	-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		4.964,24	-	4.964,24	4.732,15	-	4.732,15
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		(76,75)	-	(76,75)	210,58	-	210,58
Serviços cobráveis		1,40	-	1,40	0,77	-	0,77
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		2.901,74	-	2.901,74	2.010,25	-	2.010,25
Outras receitas vinculadas		(6,04)	-	(6,04)	(0,01)	-	(0,01)
Tributos		(2.106,29)	-	(2.106,29)	(1.674,66)	-	(1.674,66)
ICMS		(1.870,71)	-	(1.870,71)	(1.505,08)	-	(1.505,08)
PIS-PASEP		(41,95)	-	(41,95)	(30,20)	-	(30,20)
Cofins		(193,63)	-	(193,63)	(139,38)	-	(139,38)

ISS	-	-	-	-	-	-
Encargos - Parcela "A"	(1.337,82)	-	(1.337,82)	(1.273,63)	-	(1.273,63)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(757,33)	-	(757,33)	(702,13)	-	(702,13)
Programa de Eficiência Energética – PEE	-	-	-	-	-	-
Taxa de fiscalização	(12,61)	-	(12,61)	(11,49)	-	(11,49)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-	-	-	-	-
Outros encargos	(567,88)	-	(567,88)	(560,01)	-	(560,01)
Receita líquida / Ingresso líquido	10.445,65	-	10.445,65	8.442,91	-	8.442,91
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(7.184,19)	-	(7.184,19)	(5.468,22)	-	(5.468,22)
Energia elétrica comprada para revenda	(6.990,89)	-	(6.990,89)	(5.278,23)	-	(5.278,23)
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfra	(193,30)	-	(193,30)	(189,99)	-	(189,99)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	-	-	-	-	-
Encargos e Demais Despesas Setoriais	-	-	-	-	-	-
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica Combustíveis	-	-	-	-	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis	3.261,46	-	3.261,46	2.974,69	-	2.974,69
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(3.118,18)	333,71	(2.784,47)	(3.171,34)	380,48	(2.790,86)
Pessoal e administradores (inclui 72,45 de remuneração a administradores)	(1.817,76)	-	(1.817,76)	(1.685,89)	-	(1.685,89)
Entidade de previdência privada	-	-	-	-	-	-
Material	(107,04)	-	(107,04)	(131,64)	-	(131,64)
Serviços de terceiros	(575,02)	-	(575,02)	(507,17)	-	(507,17)
Arrendamento e aluguéis	(207,23)	-	(207,23)	(202,33)	-	(202,33)
Seguros	(15,51)	-	(15,51)	(12,04)	-	(12,04)
Doações, contribuições e subvenções	(20,24)	-	(20,24)	(28,12)	-	(28,12)
Provisões	(17,55)	-	(17,55)	0,02	-	0,02
Recuperação de despesas	45,98	-	45,98	17,06	-	17,06
Tributos	(5,95)	-	(5,95)	(17,64)	-	(17,64)
Depreciação e amortização	(522,83)	333,72	(189,11)	(564,83)	380,47	(184,36)
Gastos diversos da atividade vinculada	(21,85)	(473,99)	(495,84)	(52,36)	(1,42)	(53,78)
Outras Receitas Operacionais	158,21	473,98	632,19	41,22	1,42	42,64
Outras Gastos Operacionais	(11,39)	-	(11,39)	(27,62)	0,01	(27,61)
Resultado da Atividade	143,28	333,71	476,99	(196,65)	380,48	183,83
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
Resultado Financeiro	49,83	-	49,83	66,56	-	66,56
Despesas financeiras	(1,94)	-	(1,94)	(6,54)	-	(6,54)

Receitas financeiras		51,77	-	51,77	73,10	-	73,10
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		193,11	333,71	526,82	(130,09)	380,48	250,39
Despesa com impostos sobre os lucros		(71,88)	-	(71,88)	(54,60)	-	(54,60)
Resultado líquido das operações em continuidade		121,23	333,71	454,94	(184,69)	380,48	195,79
Operações descontinuadas							
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas		-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício		121,23	333,71	454,94	(184,69)	380,48	195,79
Atribuível aos:							
Acionistas controladores		-	-	-	-	-	-
Acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-
Lucro por ação							
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		0,05	0,15	0,20	(0,08)	0,16	0,08
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade							
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-

Nas notas 14.1, 14.2 e 14.3 do balanço patrimonial não ocorreram ajustes entre a contabilidade regulatória e societária nos exercícios de 2017 e 2018. Nas notas 14.4 e 14.5 ocorrem ajustes devido ao ativo imobilizado que na contabilidade societária possui a tratativa de ativo financeiro da concessão e intangível.

18.1. Consumidores

Não houveram ajustes na rubrica Consumidores.

18.2. Ativos e passivos financeiros setoriais

Não houveram ajustes na rubrica Consumidores.

18.3. Ativos financeiros da concessão

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Nas demonstrações regulatórias esse valor faz parte do ativo imobilizado.

18.4. Imobilizado

18.4.1. Reavaliação compulsória

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação do 1º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.4.2. Depreciação

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação do 1º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.5. Intangível

18.5.1. Reavaliação compulsória

Não houveram ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória.

18.5.2. Depreciação

Não houveram ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória.

18.6. Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

18.6.1. Reavaliação compulsória

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.6.2. Amortização

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.7. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

18.7.1. Ativo financeiro

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.2. Ativo intangível

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.3. Receita e Custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do conceito do ICPC 01 E OCPC 05, que, por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado à Concessão, deve ser reconhecido pelo IFRS como RECEITA DE

CONSTRUÇÃO, e, no mesmo instante, reconhecido o CUSTO DE CONSTRUÇÃO do Ativo Intangível da Concessão.

18.7.4. Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Não houve efeitos de contabilização de Remuneração de ativo financeiro (ICPC 01).

18.7.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Não houve efeitos de contabilização de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (ICPC 01).

18.8. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2018	2017
Saldos no final do exercício (societário)	4.164,91	3.767,94
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	3.984,63	4.367,46
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	10.250,48	10.381,41
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória	(6.265,85)	(6.013,95)
Reserva de Capital - Efeitos IFRS	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	-
Sobras / Perdas à Disposição da Assembléia	-	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Saldos no fim do exercício (regulatório)	8.149,54	8.135,40

Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória, referem-se a reversão da Reserva da Reavaliação Regulatória Compulsória, já que a mesma não é aceita pelas normas da Contabilidade Internacional, sendo revertida contra as contas correspondentes do Ativo Imobilizado em Serviço.

Com relação ao destaque da Depreciação da Reavaliação Regulatória Compulsória, bem como os efeitos IFRS em outras reservas de capitais, referem-se a reversão da realização da reserva regulatória compulsória ocorrida na Contabilidade Regulatória, revertida conforme regras da Contabilidade Internacional, e, conforme orientação dos auditores, represada como diferenças IFRS em outras Reservas de capital.

18.9. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2018	2017
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	454,94	250,39
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(333,71)	(380,47)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	-	-
Depreciação – reavaliação regulatória compulsória	(333,71)	(380,47)
Anulação Não Operacional	-	-
Fornecimento - Diferimento Ou Devolução Tarifária	-	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	121,23	(130,08)

Depreciação - Reavaliação Regulatória Compulsória: Trata-se da reversão das cotas de depreciação da reavaliação regulatória compulsória, realizadas no exercício de 2017 e 2018, cujos efeitos não são reconhecidos na Contabilidade Societária.

19 Eventos Subsequentes

19.1. Subsídios Tarifários DECRETO 9.642/2018, de 27 de dezembro de 2018

Em 27/12/2018, o Governo Federal publicou o Decreto 9.642/2018 que, entre outros assuntos, definiu:

- Fim do Subsídio Classe Rural no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da CERAL-DIS;
- Fim do Subsídio Classe Água e Esgoto no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da CERAL-DIS;
- Veto ao Subsídio composto, este de aplicação imediata, ou seja, subsídio para irrigação não pode ser aplicado sobre o valor da tarifa rural, que já contém desconto sobre a tarifa básica;

Em 2019 os efeitos deste decreto já trarão impacto aos consumidores até então amparados por subsídios.

19.2. Perdas Regulatórias e Realizadas

No exercício de 2018 a CERAL-DIS contabilizou 7,04% de Perdas (Técnicas mais não Técnicas). Durante o ano de 2019, a CERAL-DIS continuará perseguindo a meta regulatória, renovando seus ativos com inovação tecnológica, e, combatendo os desvios de energia (gatos).

20. Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 22/04/2019 pela Diretoria, não podendo os senhores sócios proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em (R\$/mil), com 2 casas decimais.

WIELFRED ALBERTS
Diretor Presidente

ALBERTO CARLOS VAN DE POL
SECRETÁRIO

SAMUEL DE FREITAS
Gerente Contábil

16 - Parecer do Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti – CERALDIS, pelos seus membros abaixo assinados, no uso de suas atribuições estatutárias e em colaboração da Auditoria Independente, examinou o Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2018, as Demonstrações das Sobras ou Perdas, bem como os demais controles regulatórios gerais em conformidade com o exigido pelo poder concedente, a ANEEL, durante o ano fiscal de 2018, encontrando tudo em perfeita e boa ordem.

Dado o exposto, recomenda-se a aprovação do Balanço Patrimonial e as Demonstrações das Sobras ou Perdas deste exercício pela Assembleia Geral Ordinária da Cooperativa.

Arapoti, 11 de março de 2019

Eduard Egbert Borg
Coordenador

Sybren de Jonge
Secretário

Pieter Gerard Zijilema
Membro Efetivo

17 - Parecer dos Auditores Independentes Regulatório

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

À

Diretoria e Cooperados da

Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti – Ceral - Dis

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da **Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti - CERAL - DIS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti - CERAL - DIS** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros Assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações financeiras regulatórias da **CERAL - DIS** em 31 de dezembro de 2017, foram por nós auditadas, para os quais foi emitido Parecer dos Auditores Independentes, sem ressalva, datado de 26 de janeiro de 2018.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias .

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria

obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 22 de fevereiro de 2019.



AUDITORES INDEPENDENTES.

CRC 2SP023964/O-9 OCB 622/07

GUILHERME PEREIRA MENDES

Contador CRC 1SP 146031/O-5 “S” PR.